



RELEASE DE RESULTADOS 2022 E QUARTO TRIMESTRE

São Paulo, 08 de março de 2023 – Flora Produtos de Higiene e Limpeza S.A, Indústria nacional de bens de consumo com atuação nos setores de cosméticos, higiene pessoal e limpeza doméstica apresenta seus resultados de 2022. Os comentários referem-se aos resultados em reais, em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), salvo quando disposto em contrários.

DESTAQUES DE 2022 E DO 4T2022

Consolidado - 2022

- Receita Bruta de R\$ 2,2 bi (+31,03% a/a)
- Volume de vendas 23.775 milhões de caixas
- EBITDA de R\$ 159,2 mi (+1028% a/a)
- Margem EBITDA – de 8,9% (807,5% a/a)
- Lucro Líquido – R\$ 89,8 mi (421,3% a/a)

Consolidado – 4T2022

- Receita Bruta de R\$ 669,1 milhões
- Volume de vendas 6.648 milhões de caixas
- EBITDA de R\$ 47,5 milhão
- Margem EBITDA – de 9,0%
- Lucro Líquido – R\$ 18,6 Milhões

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Crescimento sustentado por nossos valores

Na Flora acreditamos que é fundamental ter paixão pelo trabalho para conquistar resultados. Ao longo do ano de 2022 pudemos viver essa premissa intensamente: investimos para que os times atuassem com foco, colocamos as pessoas nos lugares certos, buscamos inovar e trabalhamos muito para realizar nossos objetivos.

Os excelentes resultados confirmam que conectar nossos valores a tudo o que nos propomos a fazer funciona. Fechamos o ano com uma Receita Bruta de R\$ 2,2 bilhões (+31,03% contra 2021), mantendo um EBITDA de R\$ 159,2 milhões, números que confirmam as decisões estratégicas tomadas nos últimos anos.

A Flora vem se consolidando como um player nacional relevante e nosso propósito de ajudar cada pessoa a se cuidar melhor tem norteado nossa atuação, tanto no lançamento de produtos como nas tomadas de decisão. Em 2022, a Flora manteve investimento em inovação: lançou 155 novos SKUs nos segmentos de higiene pessoal e cosméticos, entre novidades e variações de tamanhos e fragrâncias. A marca de sabonetes Francis, por exemplo, trilha novos caminhos na tendência de clean beauty, com o relançamento da sua principal linha de sabonetes em barra, agora feito com base vegetal e ingredientes naturais.

Também seguimos ampliando nossa capacidade produtiva. A operação em Itajaí, Santa Catarina, recebeu investimento em maquinário e ampliação de turnos, o que triplicou sua produção de sabão em pó em comparação a 2021. Também assumimos uma operação em Maceió, Alagoas, uma oportunidade de ampliar o alcance pelo Brasil, reduzir custos logísticos e, ainda, aumentar a agilidade na entrega dos produtos de limpeza, sobretudo líquidos, como detergentes e desinfetantes, em uma região do Brasil em que a marca de home care Minuano figura entre as mais vendidas.

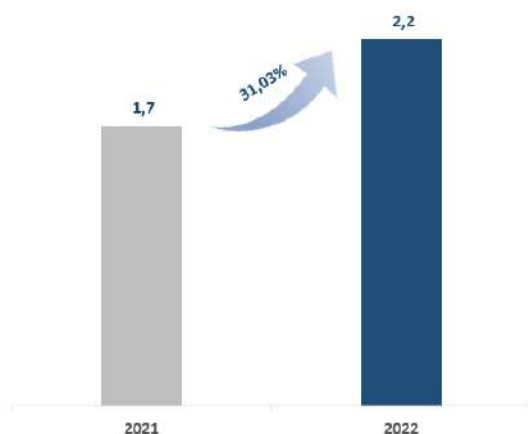
Esse crescimento está acompanhando a demanda pelos produtos, visto que o volume de vendas ficou em 23.775 milhões de caixas no ano. Seguimos protegendo nossas margens, o que resultou em um Lucro Líquido de R\$ 89,8 milhões no período, obtido ao mesmo tempo em que investimos não somente nas plantas industriais, mas também em comunicação com nossos consumidores. A marca de Cabelos Neutrox, por exemplo, esteve presente na mídia tanto para divulgar lançamento de linhas como para destacar parcerias com outras empresas. Estamos atentos às tendências e buscando novas formas de entregar produtos de qualidade atendendo às demandas dos brasileiros.

Hoje a Flora emprega aproximadamente 2400 colaboradores nas cinco regiões do Brasil. Com muita atitude e foco no detalhe conseguimos acelerar nosso crescimento, obtendo solidez no negócio de homecare e criando valor nos segmentos de higiene pessoal e beleza. Estamos prontos para atingir novos patamares em 2023!

Sergio Caldas

DESTAQUES FINANCEIROS 2022

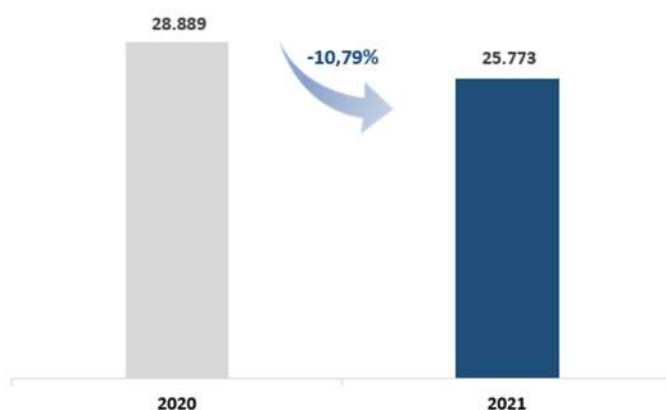
RECEITA OPERACIONAL BRUTA (ROB)



R\$ 2,2 bi

Crescimento de +31,03% comparado ao 2021, pelo incremento em preços do período.

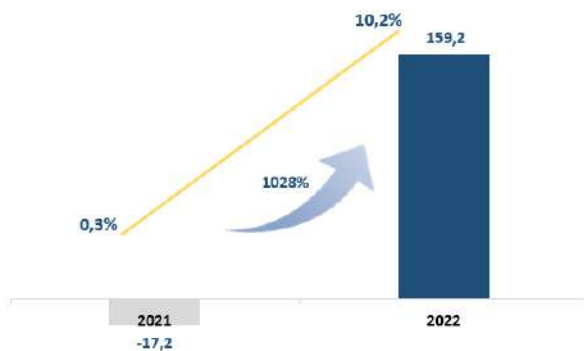
VOLUME DE VENDAS CAIXA



23.775 Mi (cx)

Redução de -6,63% em volume de caixas comparado ao ano de 2021. Impactado principalmente pelo repasse de preços.

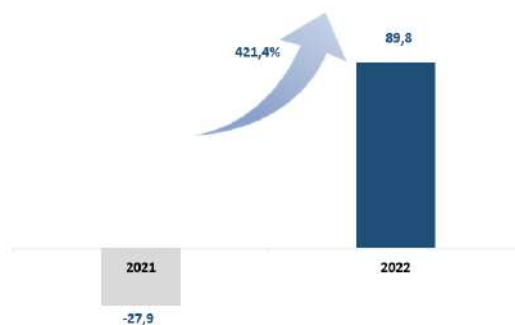
EBITDA e MARGEM EBITDA



EBITDA R\$ 159,2 Mi

Aumento na Margem EBITDA de 0,3% para +10,2% em 2022.

Lucro / Prejuízo do Período



Lucro/Prej. R\$ + 89,8 Mi

Lucro contábil do período;

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO FLORA

R\$ MILHÕES	4T22	3T22	VAR%	4T21	VAR%	2022	2021	VAR%
	R\$ MM	R\$ MM	4T22 vs 3T22	R\$ MM	4T22 vs 4T21	R\$ MM	R\$ MM	2022 vs 2021
RECEITA LÍQUIDA	541.198	500.559	8,1%	349.811	54,7%	1.793.969	1.368.110	31,1%
Custo dos produtos vendidos	(361.258)	(342.629)	5,4%	(275.545)	31,1%	(1.233.550)	(1.075.633)	14,7%
LUCRO BRUTO	179.940	157.930	13,9%	74.266	142,3%	560.419	292.477	91,6%
Administrativas e gerais	(26.299)	(24.957)	5,4%	(12.662)	107,7%	(96.719)	(68.648)	40,9%
Com vendas	(113.931)	(91.394)	24,7%	(83.841)	35,9%	(346.364)	(277.061)	25,0%
Resultado de equivalência patrimonial	-	0	-	-	-100,0%	0	-	0,0%
Outras receitas (despesas), líquidas	(1.169)	279	-519,0%	368	0,0%	4.837	(894)	-641,1%
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS	(141.400)	(116.072)	21,8%	(96.135)	47,1%	(438.245)	(346.603)	26,4%
					0,0%			0,0%
RESULTADO OPERACIONAL	38.540	41.858	-7,9%	(21.869)	-276,2%	122.174	(54.125)	-325,7%
					0,0%			0,0%
Receita Financeira	3.463	4.669	-25,8%	2.530	36,9%	12.561	5.312	136,5%
Despesa Financeira	(34.313)	(6.034)	468,7%	(13.801)	148,6%	(51.010)	(26.942)	89,3%
	(30.850)	(1.365)	2160,0%	(11.271)	173,7%	(38.449)	(21.630)	77,8%
RESULTADO ANTES DA IRPJ E CSLL	7.690	40.493	-81,0%	(33.140)	-123,2%	83.725	(75.755)	-210,5%
IRPJ E CSLL corrente	(53)	(1.233)	-95,7%	5.561	-101,0%	(2.335)	6.153	-137,9%
IRPJ E CSLL Diferido	10.991	1.085	913,0%	21.188	-48,1%	8.423	41.656	-79,8%
	10.938	(148)	-7490,6%	26.749	-59,1%	6.088	47.809	-87,3%
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO)	18.628	40.345	-53,8%	(6.391)	-391,5%	89.813	(27.946)	-421,4%
EBITDA	47.479	51.145	-7,2%	-	0,0%	159.166	(17.156)	-1027,8%

RECEITA LÍQUIDA

A Flora registrou uma Receita Líquida de R\$ 1,7 milhões que representa um incremento de aproximadamente 31,1% comparado ao ano anterior.

EBTIDA

O EBTIDA foi de R\$ 17,1 milhões representando uma redução de -118,6% se comparado ao exercício anterior, que foi de R\$ 92,1 milhões.

(em milhares de reais)	4T22	3T22	4T22 vs 3T22	4T21	4T22 vs 4T21	2022	2021	2022 vs 2021
Lucro Antes da Provisão de IRPJ e CSLL	7.690	40.493	-81,0%	(33.140)	-123,2%	83.725	(75.755)	-210,5%
Depreciação e amortização	8.938	9.287	-3,8%	9.301	-3,9%	36.992	36.969	0,1%
Resultado Líquido Financeiro	(30.850)	(1.365)	2160,0%	(11.271)	173,7%	(38.449)	(21.630)	77,8%
EBITDA	47.479	51.145	-7,2%	(12.568)	-477,8%	159.166	(17.156)	-1027,8%
Receita Operacional Líquida	541.198	500.559	8,1%	349.811	54,7%	1.793.969	1.368.110	31,1%
Margem EBITDA	8,8%	10,2%	-14,1%	-3,6%	-344,2%	8,9%	-1,3%	-807,5%

INICIATIVAS ASG

A Flora tem o compromisso de conduzir suas operações mantendo as melhores práticas de sustentabilidade em toda sua cadeia de valor, além de observar rigorosas diretrizes de governança corporativa e *compliance* na sua estrutura de negócios.

Em consonância com essa jornada, passará a divulgar anualmente seu Relatório de Sustentabilidade juntamente com as Demonstrações Financeiras do último trimestre de cada ano. Não obstante, a empresa elenca alguma de suas diretrizes que já norteiam tais iniciativas.

AMBIENTAL

A essência de uma indústria de higiene e limpeza é o cuidado, seja pessoal, da casa ou da família. Estamos comprometidos a oferecer produtos seguros e de qualidade, com custos competitivos, aos clientes e consumidores. O propósito de ajudar cada pessoa a se cuidar melhor engloba o compromisso de preservar o meio ambiente, incentivar o respeito aos direitos humanos e zelar pelo bem-estar dos colaboradores e da comunidade onde atuamos.

Além de programas para atendimento aos requisitos legais aplicáveis e da busca constante pela melhoria e eficácia do Sistema de Gestão da Qualidade, a Companhia tem como premissas o respeito e a proteção ao meio ambiente, a saúde e a segurança dos nossos colaboradores e das comunidades onde operamos com foco na sustentabilidade do negócio e do planeta.

A Flora está comprometida em cumprir a legislação brasileira aplicável à suas atividades e operações e busca manter relação com fornecedores/terceiros que, assim como a Companhia, também apresentam boas práticas e condutas sociais, ambientais, éticas e que incentivem essas práticas em suas organizações, repudiando práticas não conformes com as leis.

SOCIAL

Com mais de 1800 empregos gerados a Flora é uma empresa formada por pessoas, focada no desenvolvimento de seus colaboradores em alinhamento com a missão do negócio e trabalha constantemente para promover o bem-estar, a saúde e a segurança de toda a equipe no ambiente de trabalho, oferecendo oportunidades iguais a todas as pessoas e investindo continuamente no desenvolvimento de talentos e de lideranças.

A Flora tem o compromisso de contratar e impulsionar o desenvolvimento de profissionais independentemente de nacionalidade, gênero, orientação sexual, identidade de gênero ou idade e de incentivar a inclusão de pessoas com deficiência.

GOVERNANÇA

As diretrizes de governança da Flora são rigorosas e foram reforçadas para aderir às melhores práticas do setor nos últimos anos. Desde de 2017 a Companhia possui um departamento de *Compliance* focando em estabelecer no processo de melhoria contínua.

DISCLAIMER

Nós fazemos declarações sobre eventos futuros que estão sujeitas a risco e incertezas. Tais declarações tem como base crenças e suposições da nossa Administração e informações a que a Companhia atualmente tem acesso. Declarações sobre eventos futuros incluem informações sobre nossas intenções, crenças e expectativas atuais, assim como aquelas da alta Administração e acionistas.

As declarações e informações sobre o futuro não são garantias de desempenho. Elas envolvem riscos, incertezas e suposições porque se referem a eventos futuros, dependendo, portanto de circunstâncias que poderão ocorrer ou não. Muitos desses fatores que irão determinar estes resultados e valores estão além da nossa capacidade de controle ou previsão.

FLORA PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis individuais e
consolidadas

Em 31 de dezembro de 2022

FLORA PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2022

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais individuais e consolidados

Demonstrações dos resultados individuais e consolidadas

Demonstrações dos resultados abrangentes individuais e consolidadas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas - método indireto

Demonstrações do valor adicionado individuais e consolidadas - informação suplementar

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Flora Produtos de Higiene e Limpeza S.A.
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Flora Produtos de Higiene e Limpeza S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais individuais e consolidados, em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Flora Produtos de Higiene e Limpeza S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria (PAA)

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, como um todo, e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que os assuntos descritos a seguir são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Reconhecimento de receita

Conforme descrito na Nota Explicativa nº20, as receitas líquidas de vendas da Companhia e do consolidado totalizam R\$ 1.489.350 mil e R\$ 1.793.969 mil, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, respectivamente, cujo reconhecimento de receita envolve processos e controles necessários, com o objetivo de assegurar a integridade dos registros das transações, condicionando os aspectos de transferência de riscos e benefícios atrelados aos produtos. Considerando o volume de transações envolvidas, relevância do montante envolvido, portfólio de produtos, situação geográfica de logística e atendimento aos clientes, o reconhecimento da receita envolve uma alta dependência do funcionamento adequado dos controles internos. Nesse sentido, com base na relevância da dependência e funcionamento dos referidos controles, e do impacto que eventual ausência de funcionamento desses controles, poderiam trazer nas demonstrações contábeis consolidadas, consideramos este assunto como sendo significativo para a nossa auditoria.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Avaliação dos controles internos dos ciclos significativos relacionados ao reconhecimento de receitas referentes ao fornecimento de produtos e as devidas conferências com os registros contábeis;
- Teste documental, em bases amostrais, de conferência de notas fiscais, comprovante de entrega de produtos, recebimentos subsequentes;
- Teste de integridade de base de dados de receitas com os registros contábeis;
- Testes relacionados a lançamentos manuais realizados;
- Procedimentos analíticos sobre receita, considerando: análise de indicadores-chave do negócio, prazo médio de recebimento de vendas, alinhamento de expectativas desenvolvidas com o realizado; e
- Avaliação da adequada divulgação das informações em notas explicativas das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados nos processos de reconhecimento da receita e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, incluindo nossas análises e entendimento, consideramos que o reconhecimento da receita, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, está adequado no contexto das demonstrações contábeis consolidadas, tomadas em conjunto

Avaliação de recuperabilidade de ativo imobilizado e intangível, incluindo ágio com expectativa de rentabilidade futura (“impairment”)

Em 31 de dezembro de 2022, o balanço patrimonial individual e consolidado apresenta os montantes de R\$ 237.214 mil e R\$ 286.293 mil (ativo imobilizado), R\$ 339.136 mil (ativo intangível, excluindo o ágio com expectativa de rentabilidade futura), e R\$ 68.340 mil e R\$ 82.573 mil (ágio com expectativa de rentabilidade futura), cujo valor recuperável deve ser avaliado anualmente, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 01(R1) /IAS36 - Redução ao valor recuperável de ativos. Conforme mencionado nas Notas Explicativas nºs 09 e 11, a Companhia realiza teste de impairment, o qual envolve alto grau de julgamento por parte da Administração, baseado no método do fluxo de caixa descontado, nos cálculos das projeções acima que incluem, entre outras, premissas quanto à estimativa de compras e vendas, taxas de crescimento nas operações, margens de lucro esperadas e a taxa de desconto. Sendo assim, esse assunto foi considerado, pela auditoria, como uma área de risco devido às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas e julgamentos envolvidos na elaboração dos fluxos de caixa futuros descontados a valor presente, tais como projeções de demanda de mercado, margens operacionais e taxas de desconto que podem alterar significativamente a expectativa de realização dos referidos ativos.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Avaliação quanto a indícios internos ou externos que pudessem trazer evidências da ocorrência de desvalorização dos ativos;
- Revisão do teste de recuperabilidade dos ativos, avaliando as premissas e metodologia usadas pela Administração da Companhia;
- Contínuo desafio das premissas utilizadas pela Administração, visando corroborar se existiriam premissas não consistentes e/ou que deveriam ser revisadas, tais como: crescimento de receitas, custos e despesas, e diversos outros indicadores de inflação, fatores de risco e de preços;
- Revisão dos parâmetros de definição da taxa do custo médio ponderado de capital (WACC);
- Recálculo do teste de recuperabilidade; e
- Avaliação se as divulgações requeridas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram apropriadas.

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que são razoáveis as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia e suas controladas para avaliarem o valor recuperável dos referidos ativos, bem como as devidas divulgações, estão adequadas no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Aquisição da Troia S.A.

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 03, ocorreu a aquisição de 100% da Troia S.A. ("Troia"), em novembro de 2022, pelo montante de R\$ 18.900 mil. A Troia tem como operação a industrialização de produtos de limpeza. A transação envolveu, entre outros, a elaboração de laudo de alocação de preço de compra e de recuperação do investimento realizado, dentre os aspectos requeridos pelo CPC 15R1/IFRS3R. O processo de avaliação e mensuração dos ativos adquiridos e passivos assumidos a valores justos e da determinação do preço de aquisição foi conduzido pela Administração da Companhia e envolveu, inclusive, a contratação de avaliadores especialistas externos. Em 31 de dezembro de 2022, o laudo preparado é provisório.

Consideramos esse assunto como um dos principais assuntos de auditoria devido à complexidade inerente aos processos de combinação de negócios que envolvem determinação da data de aquisição, bem como na identificação e determinação dos valores justos dos ativos adquiridos, passivos assumidos e ágio com expectativa de rentabilidade futura, apurado decorrente das negociações, assim como a relevância dessa transação ocorrida em 2022.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Leitura do contrato e atas de reunião relacionados com a aquisição, bem como obtenção de evidências que fundamentaram a determinação da data de aquisição do controle pela Companhia;
- Análise da metodologia utilizada pelos avaliadores externos contratados pela Companhia para mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos e avaliação da razoabilidade das premissas utilizadas e cálculos efetuados confrontando-os, quando disponíveis, com informações de mercado;
- Avaliação dos balanços iniciais, na data em que o controle é adquirido, quanto às práticas contábeis adotadas pela investida adquirida se são condizentes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*;
- Revisão do cálculo de determinação do ágio com expectativa de rentabilidade futura apurado nas transações; e
- Avaliação da adequada divulgação das informações em notas explicativas das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria sobre a combinação de negócio, que está consistente com a avaliação realizada do laudo de alocação de preço de compra e recuperabilidade que é provisório, consideramos que os julgamentos e as premissas utilizadas pela Administração no processo de identificação e mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos na combinação de negócio e a determinação do ágio com expectativa de recuperação futura são razoáveis. Assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, as quais estão adequadas no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Contingências tributárias, cíveis e trabalhistas

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 18, a Companhia e suas controladas são parte integrante em processos judiciais e administrativos nas esferas cível, trabalhista, previdenciária e tributária, que surgem no curso normal de seus negócios. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e suas controladas possuem assuntos em discussão em várias esferas processuais, no montante total de R\$ 356.065 mil (controladora) e R\$ 446.496 mil (consolidado), sendo que R\$ 4.835 mil (controladora) e R\$ 20.371 mil (consolidado) estão provisionados por serem considerados como provável perda, conforme avaliação realizada pela Administração a partir da opinião de seus Assessores Jurídicos. A definição e mensuração dos montantes provisionados e divulgados depende do julgamento crítico da Administração em relação ao prognóstico de perda destacado nas discussões em andamento, como resultado das interpretações da legislação vigente, das decisões judiciais e da evolução da jurisprudência. Adicionalmente, considerando a relevância dos valores envolvidos e complexidade do ambiente legal e tributário, quaisquer mudanças nas premissas adotadas na determinação do prognóstico de perda podem trazer impactos relevantes nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia. Por esses fatores, consideramos a avaliação do reconhecimento, mensuração e divulgação das contingências como significativa em nossa auditoria.

Resposta da auditoria sobre esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram:

- Atualização do nosso entendimento do ambiente de controles internos relacionados ao ciclo de identificação, reconhecimento, mensuração e divulgação dos ativos e passivos contingentes;
- Avaliação das premissas e critérios utilizados pela Companhia, incluindo as atualizações para reconhecimento e mensuração das contingências;
- Obtenção de carta de confirmação externa e interna junto aos Assessores Jurídicos responsáveis pelos processos administrativos e judiciais, com objetivo de confirmar:
 - (i) A existência de processos e seu estágio atual;
 - (ii) A respectiva avaliação de perda envolvida e as fundamentações jurídicas aplicáveis;
 - (iii) Entendimento das alterações de prognósticos de perda para determinados processos administrativos e judiciais relevantes.
- Envolvimento dos nossos especialistas tributários para avaliar a natureza, fundamentações e/ou teses de defesa, que envolvam julgamento complexo e subjetividade nas avaliações, bem como obtenção de opinião legal, por meio da Administração, de especialistas tributários externos para determinados novos processos tributários relevantes e avaliados como perda possível no exercício findo em 31 de dezembro de 2022;
- Revisão das divulgações realizadas se estão consistentes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidos pelo IASB.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, julgamos serem aceitáveis os critérios e premissas adotados pela Administração para reconhecimento e mensuração das provisões para contingências com um todo, bem como as referidas divulgações na nota explicativa, por estarem consistentes com a documentação suporte mantida pela Companhia e suas controladas, incluindo a posição dos Assessores Jurídicos.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado individuais e consolidadas - informação suplementar

As Demonstrações do Valor Adicionado individuais e consolidadas (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e sua controlada, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, da Companhia e sua controlada. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado individuais e consolidadas foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia e suas controladas são responsáveis por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia e sua controlada continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessarem suas operações, ou não tenham nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das Entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Fornecemos também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 08 de março de 2023.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1

Robinson Meira
Contador CRC 1 SP 244496/O-5



FLORA PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA S.A.
Demonstrações contábeis individuais e
consolidadas

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

FLORA PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA S.A.

**Balancos patrimoniais
(Em milhares de reais)**

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
ATIVO					
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	154.328	203.588	156.854	207.793
Contas a receber de clientes	5	193.250	51.427	323.598	71.138
Estoques	6	181.173	161.426	277.560	231.809
Impostos a recuperar	7	56.110	46.857	72.804	56.275
Outros ativos circulantes		3.759	7.079	5.453	7.685
TOTAL DO CIRCULANTE		588.620	470.377	836.269	574.700
NÃO CIRCULANTE					
Impostos a recuperar	7	68.677	74.518	78.989	85.950
Partes relacionadas	8	225.733	117.692	-	-
Depósitos, cauções e outros		1.607	1.969	7.128	6.677
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	51.893	40.829	89.805	82.395
Investimentos em controlada	9	42.606	26.254	-	-
Imobilizado	10	237.214	241.789	286.293	283.526
Direito de uso	11	21.980	11.451	27.740	18.365
Intangível	12	407.476	409.355	421.710	409.355
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		1.057.186	923.857	911.665	886.268
TOTAL DO ATIVO		1.645.806	1.394.234	1.747.934	1.460.968

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

FLORA PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA S.A.

**Balancos patrimoniais
(Em milhares de reais)**

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	14	167.469	272.981	169.909	278.111
Fornecedores	13	236.805	139.653	252.372	145.930
Fornecedores risco sacado	13	15.568	7.533	15.838	7.753
Partes relacionadas	8	7.839	–	7.839	–
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	16	48.905	31.814	61.337	39.205
Imposto de renda e contribuição social a pagar	17	245	–	3.765	–
Arrendamentos a pagar	11	4.525	5.938	8.231	8.817
Juros sobre capital próprio		41.660	–	41.660	–
Outros passivos circulantes	15	55.783	33.515	100.479	54.593
Débitos com terceiros para investimentos	3	1.000	–	1.000	–
TOTAL DO CIRCULANTE		579.799	491.434	662.430	534.409
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	14	176.647	67.308	177.599	67.731
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	16	–	5.597	96	5.597
Arrendamentos a pagar	11	18.154	5.969	20.994	10.799
Provisão para riscos processuais	18	4.835	4.818	20.371	23.324
Débitos com terceiros para investimentos	3	4.000	–	4.073	–
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		203.636	83.692	223.133	107.451
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	19	750.902	750.902	750.902	750.902
Reservas de incentivo fiscal		92.072	78.133	92.072	78.133
Reserva legal		10.424	5.933	10.424	5.933
Reserva de reavaliação		8.973	10.500	8.973	10.500
Lucros (Prejuízos) acumulados		–	(26.360)	–	(26.360)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		862.371	819.108	862.371	819.108
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.645.806	1.394.234	1.747.934	1.460.968

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

FLORA PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA S.A.

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
RECEITA LÍQUIDA	20	1.489.350	1.168.235	1.793.969	1.368.110
Custo dos produtos vendidos	24	(1.185.296)	(1.020.292)	(1.233.550)	(1.075.633)
LUCRO BRUTO		304.054	147.943	560.419	292.477
Administrativas e gerais	24	(46.939)	(32.294)	(96.719)	(68.648)
Com vendas	24	(166.309)	(150.790)	(346.364)	(277.061)
Resultado de equivalência patrimonial	9	(6.148)	(18.172)	-	-
Outras despesas operacionais, líquidas		4.615	(1.258)	4.837	(893)
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS		(214.781)	(202.514)	(438.246)	(346.602)
RESULTADO OPERACIONAL		89.273	(54.571)	122.173	(54.125)
Receita financeira	21	33.237	10.296	12.561	5.312
Despesa financeira	21	(43.516)	(18.480)	(51.010)	(26.942)
		(10.279)	(8.184)	(38.449)	(21.630)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DA PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		78.994	(62.755)	83.725	(75.755)
Imposto de renda e contribuição social corrente	17	1.186	6.153	(2.335)	6.153
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	9.633	28.656	8.423	41.656
		10.819	34.809	6.088	47.809
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		89.813	(27.946)	89.813	(27.946)
Lucro (Prejuízo) por lote de dez mil ações R\$ - Básico e Diluído	22	21,38	(6,65)		

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

FLORA PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Lucro (Prejuízo) do exercício	89.813	(27.946)	89.813	(27.946)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	89.813	(27.946)	89.813	(27.946)
Total do resultado abrangente do exercício atribuível a:				
Acionistas da Companhia	89.813	(27.946)	89.813	(27.946)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

FLORA PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Reserva de lucros				Prejuízos acumulados	Total do Patrimônio Líquido
	Capital social	Reservas de incentivo fiscal	Reserva legal	Reserva de reavaliação		
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2021	728.528	78.133	5.933	12.086	–	824.680
Aumento de capital	22.374	–	–	–	–	22.374
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	(27.946)	(21.554)
Realização da reserva de reavaliação	–	–	–	(1.586)	1.586	–
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	750.902	78.133	5.933	10.500	(26.360)	819.108
Lucro do exercício	–	–	–	–	89.813	89.813
Realização da reserva de reavaliação	–	–	–	(1.527)	1.527	–
Destinação do lucro do exercício:						
Reserva legal	–	–	4.491	–	(4.491)	–
Subvenção para investimento	–	13.939	–	–	(13.939)	–
Distribuição de juros sobre capital próprio	–	–	–	–	(46.550)	(46.550)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	750.902	92.072	10.424	8.973	–	862.371

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

FLORA PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro (Prejuízo) do exercício		89.813	(27.946)	89.813	(27.946)
. Depreciação e amortização	10,11 e 12	30.058	30.494	36.992	36.969
. Provisão (reversão) esperada com crédito de liquidação duvidosa	5	(4)	22	163	109
. Resultado de equivalência patrimonial	9	6.148	18.172	–	–
. Imposto de renda e contribuição social	17	(10.819)	(34.809)	(6.088)	(47.809)
. Juros de empréstimos e financiamentos, encargos financeiros e tarifas	21	42.348	17.234	49.144	24.760
. Juros de arrendamento	21	1.169	1.247	1.866	2.182
. Atualização monetária de créditos fiscais	21	(4.732)	(1.745)	(5.484)	(2.111)
. Repasse de custo de captação - parte relacionada	21	(22.606)	(5.429)	–	–
. Juros sobre aplicações, contas a receber e descontos obtidos	21	(5.899)	(3.123)	(7.077)	(3.201)
. Provisão (reversão) para riscos processuais	18	17	(996)	(2.952)	(1.599)
. Resultado com a venda/baixa de ativo imobilizado		5.721	802	5.789	802
. Provisão para perdas de ativo imobilizado (impairment)	10	–	2.466	–	2.466
		131.214	(3.611)	162.166	(15.378)
Variações em:					
Contas a receber		(141.973)	17.330	(245.384)	64.076
Estoques		(19.747)	(46.900)	(42.103)	(49.783)
Impostos a recuperar		1.321	(1.129)	(3.686)	2.338
Partes relacionadas		(85.435)	28.531	–	–
Outros ativos circulantes e não circulantes		3.754	(4.139)	2.334	(4.374)
Fornecedores		107.869	(17.107)	113.340	(18.476)
Outros passivos circulantes e não circulantes		33.917	(8.219)	62.582	(4.778)
		(100.294)	(31.633)	(112.917)	(10.997)
Variações em ativos e passivos operacionais					
Juros pagos		(63.322)	(35.252)	(70.472)	(43.486)
Juros recebidos		22.991	36.050	23.630	36.149
Imposto de renda e contribuição social pagos		–	(4.828)	–	(4.828)
		(9.411)	(39.274)	2.407	(38.540)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Adições no ativo imobilizado e intangível	10	(21.594)	(28.005)	(41.163)	(28.355)
Adições nos investimentos em controladas	3	(17.500)	–	–	–
Aquisição de controlada. líquido do caixa obtido na aquisição		–	–	94	–
		(39.094)	(28.005)	(41.069)	(28.355)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Empréstimos e financiamentos captados	14.1	46.850	–	46.850	7.500
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	14.1	(39.047)	(40.887)	(46.085)	(45.040)
Derivativos pagos	14.1	–	(1.443)	–	(1.443)
Pagamentos de arrendamentos	11	(8.558)	(7.548)	(13.041)	(11.752)
		(755)	(49.878)	(12.276)	(50.735)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos					
Variação líquida		(49.260)	(117.157)	(50.939)	(117.630)
Caixa e equivalentes de caixa inicial		203.588	320.745	207.793	325.423
Caixa e equivalentes de caixa final		154.328	203.588	156.854	207.793

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Transações não caixa

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Aumento de capital oriundo de JCP		–	22.374	–	22.374
Novos contratos de arrendamentos	11	20.359	13.106	22.982	13.656
Encerramento de contratos de arrendamento	11	(2.098)	(5.252)	(2.098)	(5.252)
Cessão de créditos tributários com JBS S.A (parte relacionada)	8	10.942	–	10.942	–
Juros sobre capital próprio distribuído		(46.550)	–	(46.550)	–
Imposto de renda retido sobre JCP		4.889	–	4.889	–

FLORA PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA S.A.

Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receitas				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	1.743.049	1.387.114	2.037.551	1.580.037
Perda esperada com crédito de liquidação duvidosa	4	(22)	(163)	(109)
	1.743.053	1.387.092	2.037.388	1.579.928
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(1.042.016)	(902.124)	(1.087.773)	(956.533)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(116.652)	(107.613)	(283.038)	(222.312)
Perda de valores ativos	(2.110)	(5.553)	(3.428)	(6.120)
	(1.160.778)	(1.015.290)	(1.374.239)	(1.184.965)
Valor adicionado bruto	582.275	371.802	663.149	394.963
Depreciação e Amortização	(30.058)	(30.494)	(36.992)	(36.969)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	552.217	341.308	626.157	357.994
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	(6.148)	(18.172)	-	-
Receitas financeiras	33.532	16.444	12.936	11.662
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	579.601	339.580	639.093	369.656
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Pessoal				
Remuneração direta	137.741	105.584	182.021	135.485
Benefícios	26.334	20.395	31.909	24.152
FGTS	7.298	7.090	9.643	8.838
	171.373	133.069	223.573	168.475
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	119.173	73.493	140.762	72.840
Estaduais	154.671	137.271	133.642	124.934
Municipais	154	154	160	153
	273.998	210.918	274.564	197.927
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	42.825	23.208	49.917	31.522
Aluguéis	924	467	924	467
Outras	668	(136)	302	(789)
	44.417	23.539	51.143	31.200
Remuneração de capitais próprios				
Lucro (Prejuízo) do exercício	43.263	(27.946)	43.263	(27.946)
Juros sobre capital próprio	46.550	-	46.550	-
	89.813	(27.946)	89.813	(27.946)
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO	579.601	339.580	639.093	369.656

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Flora Produtos de Higiene e Limpeza S.A. (Flora ou Companhia) e suas subsidiárias integral Flora Distribuidora de Higiene e Limpeza Ltda. (Flora Distribuidora) e Tróia S.A. Produtos de Limpeza, controladas da J&F Investimentos S.A. (J&F Investimentos), operam o ramo de cosméticos e limpeza, que compreende a industrialização e comercialização de sabão em barra, sabonete, detergente, desinfetante, água sanitária, amaciante, glicerina farmacêutica, sabão de coco, multiuso, desengordurante, shampoos, condicionadores, desodorantes, sabonetes líquidos, álcool em gel e inseticidas. A sede da Companhia é localizada na Rua Porto União, 295, 2º andar, Brooklin Paulista, São Paulo, Brasil.

2 Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

As práticas contábeis adotadas no Brasil requerem a apresentação, pelas Companhias de capital aberto, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidado, enquanto as normas IFRS não requerem sua apresentação. Como consequência, pelas normas IFRS, a DVA está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo ao conjunto dessas demonstrações.

As demonstrações contábeis individuais da controladora estão identificadas como “Controladora” e as demonstrações contábeis consolidadas estão identificadas como “Consolidado”.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

A elaboração das demonstrações contábeis requer uso de certas estimativas contábeis no processo de aplicação das políticas contábeis. O resultado das transações e informações quando da efetiva realização pode divergir das estimativas. A Companhia revisa as estimativas e as premissas contábeis utilizadas no mínimo trimestralmente. Revisões das estimativas contábeis são reconhecidas nas demonstrações contábeis do período em que ocorrer a revisão. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração em sua gestão nas atividades da Companhia.

As premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em ajuste material dos saldos contábeis de ativos e passivos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 5 - Contas a receber - Provisão para perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa;
- Nota 6 - Estoques – Provisão para perdas;
- Nota 10 - Ativo Imobilizado - Teste de valor recuperável dos ativos imobilizados;
- Nota 11 - Direito de uso e Arrendamentos a pagar;
- Nota 12 - Intangível - Teste de valor recuperável dos ativos intangíveis;
- Nota 17 - Imposto de renda e Contribuição social diferido;
- Nota 18- Provisões, Ativos e Passivos contingentes;

As práticas contábeis estão descritas nas notas explicativas as quais se relacionem, entretanto, a fim de proporcionar um entendimento a respeito de como a Administração forma seus julgamentos a respeito de eventos futuros, incluindo as premissas utilizadas nas estimativas e a sensibilidade desses julgamentos para diferentes variáveis e condições, abaixo são apresentadas as principais políticas contábeis:

a. Apuração Contábil

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades.

Nas demonstrações do resultado a receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como após a eliminação das vendas entre a Companhia e suas subsidiárias integral. Na nota 20 apresentamos a conciliação da receita líquida.

As despesas são apuradas em conformidade com o regime contábil de competência.

b. Teste de recuperabilidade de ágio e de ativos intangíveis

A Companhia e suas controladas realizaram aquisições que geraram ágio de rentabilidade futura e outros ativos intangíveis de vida útil definida e indefinida. As regras contábeis vigentes não permitem que o ágio de rentabilidade futura, bem como os ativos intangíveis com vida útil indefinida sejam amortizados, entretanto, eles devem ter o seu valor de recuperabilidade testado ao menos anualmente. A Administração utiliza de julgamentos para identificar ativos e passivos tangíveis e intangíveis, valorizar tais ativos e passivos, e também para a determinação de sua vida útil, e geralmente contrata prestadores de serviços para assistir no processo de valorização. O processo de valorização utiliza-se de premissas, baseando-se em fluxos de caixa descontados a uma taxa julgada apropriada. A utilização de diferentes premissas no processo de mensuração pode resultar em uma mensuração distinta dos ativos e passivos.

Os ativos tem seu valor recuperável testado anualmente, ou sempre que hajam eventos ou circunstâncias que indiquem perda de seu valor recuperável. Este processo envolve a utilização da última projeção orçamentária complementada com mais nove anos prospectivos, onde considera-se a inflação do período, taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de descontos, não se valendo de perpetuidade. As premissas são baseadas em estimativas da Administração, bem como em dados comparáveis de mercado e, condições econômicas que proporcionam a geração dos fluxos de caixa. Não há indícios de que deva existir uma mudança material nas atuais estimativas ou dos fluxos estimados que possam expor a Companhia a perda de valor recuperável material.

c. Imposto de renda e contribuição social - diferido e corrente

A Companhia reconhece impostos diferidos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias. Os prejuízos fiscais apurados no Brasil não expiram, entretanto estão limitados a utilização de 30% sobre o lucro tributável. Os impostos diferidos ativos são revisados regularmente e só são reconhecidos quando é provável que haja lucro tributável suficiente para sua compensação, baseando em lucros tributáveis projetados, e são limitados ao valor provável de sua realização.

d. Provisões, Ativos e Passivos contingentes

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração se utilize de estimativas e premissas referente as suas contingências, que afeta o valor de ativos e passivos e de receitas e despesas no período de reporte corrente. Em particular, dada as incertezas de natureza fiscais na legislação fiscal brasileira, a determinação de passivos fiscais requer que a Administração se utilize de julgamentos, e o resultado quando da efetiva realização pode divergir das estimativas.

i Ativos Contingentes

Ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente e a Companhia somente promove sua divulgação quando um fluxo de entrada de benefícios econômicos é provável. Os ativos contingentes são avaliados periodicamente (pelo menos uma vez em cada exercício social) para garantir que os eventos sejam apropriadamente refletidos nas demonstrações contábeis. Quando for praticamente certo que ocorrerá uma entrada de benefícios econômicos, o ativo não é considerado contingente, devendo ser reconhecido com o seu correspondente ganho nas demonstrações contábeis do período em que ocorrer a mudança de estimativa.

ii Provisões

A Companhia e suas controladas no curso normal dos seus negócios estão sujeitas a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores jurídicos e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa de desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para riscos processuais. Com base nessa avaliação, as provisões estão detalhadas na nota explicativa 18.

e. Subvenção para investimento

Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições descritas no IAS20/CPC 07 (R1) Subvenções e Assistências Governamentais. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da subvenção governamental registrada no ativo é efetuada em conta específica de passivo.

A Companhia goza de incentivos fiscais, por meio da participação do Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás (Produzir) conforme Lei 13.591/2000, por intermédio do agente financeiro estabelecido por este fundo (Goiás Fomento), decorrentes do ICMS devido. O reconhecimento do benefício de redução dos valores devidos, ocorre no momento da obtenção dos financiamentos, por refletir com maior adequação o regime de competência do exercício, uma vez que, o custo do ICMS referentes às operações incentivadas também estão sendo registrados concomitantemente aos benefícios.

f. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo, acrescido de qualquer custo de transação atribuído a transação, ou aquisição, do ativo ou passivo financeiro. A remensuração dos ativos e passivos financeiros ocorre no final de cada período de acordo com a classificação de cada ativo ou passivo financeiro. A Companhia não designou nenhum derivativo como hedge de fluxo de caixa, e portanto, todo o ajuste de valor justo é reconhecido no resultado do período.

f.1 Classificação

Os ativos financeiros são classificados com base nas características individuais dos instrumentos e no modelo de gestão do ativo ou da carteira em que está contido, cujas categorias de mensuração e apresentação são: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio do resultado abrangente; (iii) valor justo por meio do resultado.

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, ou seja, na data a qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou sido transferidos, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São classificados nessa categoria, os ativos financeiros que não sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Compreende o saldo dos instrumentos financeiros derivativos, incluindo derivativos embutidos, opções de compra de ações e demais títulos e valores mobiliários. Suas variações são reconhecidas no resultado do período, na rubrica "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do resultado obtido, para instrumentos não derivativos e, na rubrica "Resultado dos instrumentos financeiros derivativos", para os instrumentos derivativos.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

São ativos financeiros mantidos pela Empresa (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Compreende o saldo de caixas e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, outros ativos e títulos e valores mobiliários. Suas variações são reconhecidas no resultado do período, na rubrica "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do resultado obtido.

Ativos financeiros mensurados o valor justo por meio do resultado abrangente

São ativos financeiros mantidos pela Empresa (i) tanto para o recebimento de seu fluxo de caixa contratual quanto para a venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Além disso, os investimentos em instrumentos patrimoniais onde, no reconhecimento inicial, a Empresa optou por apresentar as alterações subsequentes do seu valor justo em outros resultados abrangentes, são classificados nessa categoria.

Essa categoria é composta pelo saldo de outros investimentos. Suas variações são reconhecidas no resultado do período, na rubrica "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do resultado obtido, exceto pelo valor justo dos investimentos em instrumentos patrimoniais, que são reconhecidos em outros resultados abrangentes.

g. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Essas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Controladora. Todas as informações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto quando disposto o contrário.

h. Demonstrações contábeis consolidadas

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

A Companhia consolida integralmente todas as empresas controladas. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retorno variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é obtido. A consolidação é interrompida a partir da data em que esse controle deixa de existir.

Os investimentos em coligadas e empreendimento controlado em conjunto ("joint ventures") são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. Coligadas são aquelas nas quais a Companhia exerce influência significativa, mas sem exercer o controle. Joint ventures são aquelas nas quais o controle é exercido conjuntamente pela Companhia e por um ou mais sócios.

Quando necessário, as demonstrações contábeis de suas controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia. Todas as transações, saldos e ganhos e perdas não realizados em transações entre empresas do grupo foram eliminados.

A participação de não controladores é apresentada nas demonstrações contábeis consolidadas como parte integrante do patrimônio líquido, assim como são destacados os resultados atribuíveis aos mesmos na demonstração de resultado.

Quando a Companhia adquire mais ações ou outros instrumentos patrimoniais de uma entidade que já controla, registra-se os ganhos e perdas dessa variação de participação como redução ou aumento do patrimônio líquido na rubrica de "Transações de Capital".

i. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Quando relevante, os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente sendo consideradas as seguintes premissas para o cálculo: i) o montante a ser descontado; ii) as datas de realização e liquidação; e iii) a taxa de desconto.

j. Novos Pronunciamentos do IFRS, emissões, alterações e interpretações emitidas pelo IASB aplicável e CPC

j.1 Novas normas, revisões e interpretações emitidas

Efetivas a partir de 1º de janeiro de 2022

- Alteração da norma IAS 37/CPC 25 – Contrato oneroso: Aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. A alteração determina de forma específica quais custos devem ser considerados ao calcular o custo de cumprimento de um contrato.
- Alteração na norma IAS 16/CPC 27 Imobilizado – Classificação de eventuais ganhos gerados antes do imobilizado estar em conformidade com as condições planejadas de uso. Esclarece que os itens produzidos antes do imobilizado estar nas condições planejadas de uso, se vendidos, devem ter seus custos e receitas reconhecidos no resultado do exercício, não podendo compor/reduzir o custo de formação do imobilizado.
- Melhorias anuais nas Normas IFRS 2018-2020 Foram feitas alterações nas normas: (i) IFRS 1/CPC 37, abordando aspectos de primeira adoção em uma controlada; (ii) IFRS 9/CPC 48, abordando o critério do teste de 10% para a reversão de passivos financeiros; (iii) IFRS 16/CPC 06 R2, abordando exemplos ilustrativos de arrendamento mercantil; e (iv) IAS 41/CPC 29, abordando aspectos de mensuração a valor justo.
- Alteração na norma IFRS 3/CPC 15 – Inclui correções nas referências com relação a Estrutura Conceitual das IFRS.

A Administração avaliou as normas ou alterações descritas acima e não identificou impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia.

Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2022

Para as seguintes normas ou alterações a Administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber:

- Alteração na norma IFRS 17/CPC 50 – inclui esclarecimentos de aspectos referentes a contratos de seguros. Alteração à IFRS 17 efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023;
- Alteração na norma IAS 8/CPC 23 – altera a definição de estimativa contábil, que passou a ser considerada como "valores monetários nas demonstrações contábeis sujeitos à incerteza na mensuração", efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023;
- Alteração na norma IAS 12/CPC 32 – traz exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial do imposto diferido relacionado a ativo e passivo resultante de uma única transação, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023;
- Alteração na norma IAS 1/CPC 26 - Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante. Esta alteração esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante. Alteração à IAS 1 efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024; Em janeiro de 2020, o IASB emitiu emendas ao IAS 1, que esclarecem os critérios utilizados para determinar se o passivo é classificado como circulante ou não circulante. Essas alterações esclarecem que a classificação atual se baseia em se uma entidade tem o direito ao final do período de relatório de adiar a liquidação da responsabilidade por pelo menos doze meses após o período de relatório. As alterações também esclarecem que o "acordo" inclui a transferência de dinheiro, bens, serviços ou instrumentos de patrimônio, a menos que a obrigação de transferir dinheiro, bens, serviços ou instrumentos patrimoniais decorra de um recurso de conversão classificado como instrumento de capital próprio separadamente do componente de responsabilidade de um instrumento financeiro composto. As alterações eram originalmente efetivas para relatórios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023. No entanto, em função dos impactos das Covid-19, a data de vigência foi adiada para períodos anuais de relatórios a partir de 1º de janeiro de 2024.
- Alteração na norma IFRS 16/CPC 06 – trata da responsabilidade em um retro arrendamento, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;
- Alteração na divulgação de políticas contábeis, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023. Em fevereiro de 2021, o IASB divulgou alterações à IAS 1, que alteram os requisitos de divulgação no que diz respeito às políticas contábeis substituindo o termo "políticas contábeis significativas" por "informações materiais sobre políticas contábeis". As alterações fornecem orientações sobre quando é provável que as informações sobre a política contábil devam ser consideradas relevantes. As alterações à IAS 1 são efetivas para os períodos de relatório anual iniciados em ou após 1 de janeiro de 2023, com aplicação anterior permitida.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. A Companhia avaliará o impacto das alterações finais à IAS 1 na classificação de seus passivos uma vez que as mesmas são emitidas pelo IASB.

2.1 Efeito COVID-19

Desde de março de 2020, quando a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o surto causado por um novo coronavírus (SARS-CoV-2) causador da COVID-19 havia se tornado uma emergência de saúde global e decretou estado de pandemia, uma série de decisões, significativas de governos e entidades do setor privado, somados aos impactos potencialmente causados pelo surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos de forma global.

Ao longo de toda pandemia a Administração da Companhia tomou diversas ações com o objetivo de mitigar possíveis impactos nas operações, na posição patrimonial e financeira. Além disso a Administração tem avaliado constantemente o desdobramento do surto e, quando necessário, tomado novas ações visando proteger seu negócio e seus colaboradores.

A manutenção das ações de sucesso realizadas com o objetivo de minimizar os impactos à sua comunidade e aos seus colaboradores, bem como de atender as diversas determinações das autoridades governamentais foram mantidas, além de implementação de novas ações de forma a colaborar com a prevenção ao combate à pandemia.

A Companhia mantém sua posição de caixa fortalecida visando suportar as incertezas do cenário econômico nacional e global, conforme mencionado nas notas explicativas 4 e 14.

As revisões periódicas em relação aos possíveis impactos da crise na sua linha de contas a receber, em função do aumento do risco de crédito, com o objetivo de garantir a sustentabilidade da cadeia e apoiar sua rede de clientes, continuam sendo realizadas de forma sistemática. Contudo as análises não identificaram nenhuma mudança significativa dos seus fluxos de recebimento.

Apesar da retomada da economia ocorre de forma lenta, e o cenário inflacionário não tem demonstrado uma desaceleração na cadeia de suprimentos na velocidade esperada, dando continuidade à pressão nos custos da Companhia. Além disso, com a continuidade do conflito entre Rússia e Ucrânia, e o aumento das tensões entre EUA e China, acreditamos que esse cenário de desaceleração da inflação não venha ocorrer no médio prazo.

A Administração tem analisado de forma constante a continuidade dos negócios e preservação do seu ecossistema e de toda sua cadeia de produção e abastecimento, e não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre sua capacidade de continuar operando, mesmo com a projeção de baixo crescimento do PIB para os próximos anos.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

3 Combinação de negócios

A Companhia usa o método de alocação contábil do custo de aquisição para registrar as combinações de negócios que não estão sob controle comum. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos, dos passivos incorridos na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas em troca do controle da adquirida. O período de mensuração não deve exceder um ano da data de aquisição. Todos os ativos adquiridos e passivos incorridos e passivos contingentes assumidos são mensurados, inicialmente, a valor justo a partir da data de aquisição. A Companhia reconhece qualquer participação de não-controladores na adquirida em uma aquisição, ou a valor justo ou parte proporcional da participação dos não-controladores dos montantes registrados dos ativos líquidos. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

O excesso i) da contraprestação transferida; ii) do montante de quaisquer participações de não controladores na adquirida (quando aplicável); e iii) do valor justo, na data de aquisição, de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida, sobre o valor justo dos ativos líquidos adquiridos é registrado como ágio. Quando a soma dos três itens acima for menor que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, o ganho é reconhecido diretamente na demonstração do resultado do período como "Ganho de compra vantajosa".

Em novembro de 2022, a Flora S.A., adquiriu 100% da participação acionária da Tróia S.A. Produtos de Limpeza pelo montante de R\$ 18.900, R\$ 13.900 pago em caixa e o restante a ser pago nos próximos cinco anos. A Tróia S.A. é uma unidade fabril estabelecida na cidade de Maceió, Alagoas. A unidade opera o ramo de industrialização de produtos de limpeza, comercializando detergentes, desinfetantes, água sanitária, multiuso e sabão em pó. Essa aquisição faz parte dos planos de expansão das operações da Companhia para o Nordeste do país visando um melhor nível de serviço, bem como incremento de capacidade na sua produção e distribuição de líquidos. O ágio estimado gerado nesta combinação de negócios de R\$14.233 somente é elegível para dedutibilidade fiscal pela incorporação ou alienação dos ativos e passivos assumidos.

Os ativos adquiridos e passivos assumidos nessa combinação de negócio foram inicialmente mensurados pelos seus valores justos, conforme estabelecido abaixo:

VALOR JUSTO

	TRÓIA
Caixa e equivalentes de caixa	20
Contas a receber de clientes	7.392
Estoques	10.833
Imobilizado	2.786
Intangível	2
Outros ativos	594
ATIVO	21.626
Fornecedores	3.826
Empréstimos e financiamentos	4.636
Impostos diferidos	2.443
Outros passivos	6.054
PASSIVO	16.959
Ativos e passivos líquidos	4.667
Preço de aquisição	18.900
Ágio gerado na operação	14.233

Abaixo a receita líquida e prejuízo líquido na data de aquisição até o final do exercício da referida aquisição:

	2022
Receita líquida	6.891
Prejuízo líquido	(1.307)

Informações consolidadas pro-forma:

A receita líquida e lucro líquido apresentados como pro-forma, somam as aquisições realizadas no período como se tivessem ocorrido desde o início do exercício, demonstrados abaixo:

	2022
Receita líquida pro-forma	1.829.963
Lucro líquido pro-forma	89.120

As informações pro-forma apresentadas acima não possuem finalidade de representar os resultados da Companhia caso a conclusão da aquisição tivesse ocorrido na data do exercício corrente, assim como não indica resultados esperados em exercícios futuros, sendo apenas demonstrada para fins informativos.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

4 Caixa e equivalentes de caixa

Abrangem saldos de caixa, bancos e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. As aplicações financeiras são de alta liquidez e são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um imaterial risco de valor.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Caixa e bancos	1.035	4.869	3.534	6.946
Aplicações financeiras ¹	153.293	198.719	153.320	200.847
	154.328	203.588	156.854	207.793

¹ Aplicações em Certificados de Depósitos Bancários - CDB-DI, são realizadas junto a instituições financeiras de primeira linha, pós-fixados e rendem em média 99% do valor da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Durante o exercício de 2020, devido à crise ocasionada pela pandemia do Coronavírus, a Companhia foi ao mercado de capitais com a finalidade de captar recursos para proteção e fortalecimento do caixa dado as incertezas do cenário econômico.

5 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores devidos pelos clientes no curso normal dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizável, menos a eventual perda esperada com crédito de liquidação duvidosa (PECLD), ou seja, na prática, são reconhecidas pelo valor faturado, ajustado pela eventual perda esperada com crédito de liquidação duvidosa. A exposição máxima ao risco de crédito nas datas dos balanços é o valor contábil de cada faixa de idade de vencimento dos títulos a receber, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Duplicatas a vencer ¹	180.020	44.020	302.859	59.013
Duplicatas vencidas:				
De 1 a 30 dias	11.319	6.046	14.536	8.685
De 31 a 60 dias	1.858	1.352	2.887	3.271
De 61 a 90 dias	54	12	2.290	172
Acima de 90 dias	357	546	1.660	801
Perda esperada com crédito de liquidação duvidosa - PECLD	(358)	(549)	(634)	(804)
	13.230	7.407	20.739	12.125
	193.250	51.427	323.598	71.138

¹ Os saldos registrados nessa rubrica referente a transações entre partes relacionadas estão detalhados na nota explicativa 8.

Cessão de créditos

A Companhia desreconhece o contas a receber quando realiza operações de cessão de crédito a medida que retiver os direitos contratuais de receber fluxos de caixa do ativo financeiro, concomitante assume a obrigação de pagar os fluxos de caixa a uma ou mais entidades. A Companhia trata a referida transação como uma transferência de ativos financeiros apenas quando as três condições abaixo são satisfeitas:

- a entidade não tem qualquer obrigação de pagar quantias aos destinatários finais a menos que receba quantias equivalentes do ativo original.
- a entidade está proibida pelos termos do contrato de transferência de vender ou penhorar o ativo original, a não ser como garantia aos destinatários finais pela obrigação de lhes pagar fluxos de caixa;
- a entidade tem a obrigação de remeter qualquer fluxo de caixa que receba em nome dos destinatários finais sem atrasos significativos.

Efeitos da Cessão de Crédito	Controladora		Consolidado	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Outros Passivos Circulantes ¹	85	2.658	683	3.590
Resultado Financeiro ²	7.251	10.783	12.658	17.748

¹ Refere-se aos títulos recebidos que foram negociados através da cessão de créditos e não repassados ao Banco Original e Daycoval dentro do período.

² Refere-se a remuneração paga ao Banco Original e Daycoval decorrente da cessão de crédito realizada com os títulos da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

A Companhia e sua subsidiária firmaram junto ao Banco Original (Parte relacionada), um convênio segundo o qual o Banco Original adquire créditos detidos contra determinados clientes do mercado interno. As cessões são efetuadas a valor de mercado e sem regresso, mediante a transferência definitiva dos riscos e benefícios dos recebíveis ao Banco Original.

Provisão para perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa

As perdas esperadas são calculadas com base na análise do "aging list". Uma provisão é registrada para itens com expectativa de perda futura, considerando os seguintes critérios; efetividade das políticas de análise de crédito; cenário econômico em que a Companhia está situada; histórico de inadimplência; prazo do ciclo do processo de cobrança; existência de garantias reais acordadas com os clientes, seja no ato da venda ou durante o processo de cobrança; efetividade do processo de cobrança através de análises gerenciais e histórico da recuperação dos saldos em atraso e perda efetiva.

O montante em questão é considerado pela Administração da Companhia como suficiente para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber. As perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa são registradas na rubrica "Despesas com vendas" na demonstração do resultado individual e consolidado. Quando não existe expectativa de recuperação destes créditos, os valores creditados na rubrica "Perda esperada com crédito de liquidação duvidosa" são revertidos contra a perda constituída.

A movimentação da PECLD está demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Saldo inicial	(549)	(530)	(804)	(810)
Adições	(18)	(56)	(329)	(213)
Baixas/reversão	209	37	499	219
Saldo final	(358)	(549)	(634)	(804)

6 Estoques

São registrados ao custo médio de aquisição ou produção, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. O custo desses estoques é reconhecido no resultado quando da venda ou perecimento.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Produtos acabados	100.838	80.416	194.967	150.794
Matéria-prima	75.616	76.423	77.580	76.423
Almoxarifado	4.719	4.587	5.013	4.592
	181.173	161.426	277.560	231.809

7 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
ICMS ¹	44.257	29.775	56.822	34.305
IPI	367	2.548	513	2.548
PIS e COFINS ²	73.475	82.857	86.081	94.960
IRPJ e CSLL	6.688	6.195	8.377	10.412
	124.787	121.375	151.793	142.225
Ativo circulante	56.110	46.857	72.804	56.275
Ativo não circulante	68.677	74.518	78.989	85.950
	124.787	121.375	151.793	142.225

¹ ICMS - Basicamente saldo da operação mercantil.

² PIS e COFINS - O montante de R\$ 68.677 na Controladora e, R\$ 78.989 no Consolidado, refere-se a crédito de decisão favorável em ação judicial transitado em julgado movida pela Companhia, fundamentado na opinião legal de seus assessores jurídicos, visando excluir a parcela do ICMS destacado da base de cálculo das contribuições sociais (PIS/COFINS), incidente nas operações de venda para mercado nacional.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

8 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos, assim como as transações que influenciaram o resultado do período relativas a operações entre partes relacionadas decorrem de transações entre a Flora S.A e suas partes relacionadas em condições e preços de mercado estabelecidos entre as partes. Nas operações de conta corrente incidem repasse de custos de captação, quando aplicável. O detalhamento dos créditos e débitos com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

CONTROLADORA	Clientes		Outros passivos ²		Conta corrente ¹		Fornecedores		Compra de mercadorias/ Serviços tomados		Receita de venda e serviços	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Controladas direta												
Flora Distribuidora	9.856	6.400	-	-	225.733	117.692	(4)	-	115	125	577.224	452.288
Tróia S.A. Prod. de Limpeza	19	-	-	-	-	-	-	-	-	-	19	-
Outras empresas ligadas												
JBS S.A.	7	713	(7.839)	-	-	-	(41.479)	(33.810)	333.855	270.111	4.506	704
J&F Investimentos S.A	5	-	-	-	-	-	(593)	(571)	-	-	-	-
Banco Original	-	-	-	-	-	-	-	(54)	-	-	-	-
Outras	-	-	-	-	-	-	(1)	(1)	2	5	-	-
	9.887	7.113	(7.839)	-	225.733	117.692	(42.077)	(34.436)	333.972	270.241	581.749	452.992

CONSOLIDADO	Clientes		Outros passivos ²		Fornecedores		Compra de mercadorias/ Serviços tomados		Receita de venda e serviços			
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21		
Outras empresas ligadas												
JBS S.A.	181	824	(7.839)	-	(41.544)	(33.873)	334.147	270.329	6.336	1.811		
J&F Investimentos S.A	5	-	-	-	(593)	(571)	-	-	-	-		
Banco Original	-	-	-	-	-	(54)	-	-	-	-		
Outras	3	1	-	-	(1)	(1)	2	21	57	51		
	189	825	(7.839)	-	(42.138)	(34.499)	334.149	270.350	6.393	1.862		

¹ Nessas operações não incidem a cobrança de juros, sendo realizados apenas os repasses de custos de captação de recursos. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o efeito no resultado foi de R\$ 22.606 e R\$ 5.429, respectivamente, registrado nas demonstrações contábeis no resultado financeiro.

² A JBS S.A (parte relacionada) foi intimada pela Receita Federal do Brasil para compensar créditos fiscais federais já homologados de sua titularidade com determinados débitos, sendo que também constavam débitos da Companhia, relativos ao ano de 2007. A vinculação realizada pela Receita Federal entre os débitos da Companhia com os da JBS S.A se deu em razão da cisão parcial da JBS S.A ocorrida em 2007, que originou a empresa Flora Produtos de Higiene e Limpeza S/A; e nos casos de cisão as empresas são responsáveis solidárias pelos débitos ocorridos até a data da cisão. Caso a JBS S.A discordasse da compensação, seus créditos ficam retidos até a liquidação dos débitos da Companhia. Assim, a JBS S.A concordou com a compensação e firmou um contrato de Cessão de Créditos Tributários, o qual deve ser liquidado até 2024, e será atualizado com base na Selic, seguindo o mesmo fluxo de pagamento de um parcelamento fiscal. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 o efeito no resultado decorrente da atualização Selic foi de R\$ 802, registrado nas demonstrações contábeis no resultado financeiro.

Transações financeiras entre partes relacionadas

A Companhia possui saldos junto ao Banco Original, no montante de R\$ 19 e R\$ 200.372 na Controladora, R\$ 37 e R\$ 203.273 no Consolidado, registrados em caixa e equivalentes de caixa, em 31 de dezembro de 2022 e 2021. As aplicações financeiras, CDB e similares, possuem rendimentos equivalentes ao CDI (Depósito Interbancário).

Adicionalmente, a Companhia e sua subsidiária firmaram junto ao Banco Original um convênio segundo o qual o Banco Original adquire créditos detidos contra determinados clientes do mercado interno. Os juros incidentes nessa operação durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foram de R\$ 2.904 e R\$ 4.145 na Controladora e R\$ 5.498 e R\$ 7.451 no Consolidado, respectivamente. Outros detalhes sobre a operação estão descritos na nota explicativa 5.

Garantias prestadas e/ou recebidas

A controladora J&F Investimentos é avalista de empréstimos para capital de giro e financiamentos de máquinas e equipamentos de sua controlada, no montante de R\$ 57.619 (R\$ 101.138 em 31 de dezembro de 2021) com vencimento em 2024.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

Remuneração do pessoal chave da Administração

O pessoal chave da Administração inclui toda Diretoria Executiva e Presidência. O valor agregado das remunerações recebidas por esses administradores por serviços nas respectivas áreas de competência nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 está apresentado abaixo:

	31.12.22	31.12.21
Remuneração Fixa	8.685	7.673
Participação nos Resultados	8.720	5.424
	17.405	13.097

Além das remunerações descritas acima, não há qualquer outro benefício adicional destinado a Diretoria Executiva e Presidência.

9 Investimentos em controlada

Informações relevantes sobre as controladas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

	Quantidade de ações (em milhares)	Participação percentual	Capital social	Patrimônio líquido	Prejuízo	
Flora Distribuidora de Higiene e Limpeza Ltda	159.713	99,99999994 %	159.713	22.618	(4.841)	
Tróia S.A. Prod. de Limpeza	6.017	100,00%	8.138	9.404	(1.999)	
			Saldo em	Adição	No Resultado do Período	Saldo em
			31.12.21			31.12.22
Flora Distribuidora de Higiene e Limpeza Ltda		26.254	-	(4.841)	21.413	
Tróia S.A. Prod. de Limpeza		-	22.500	(1.307)	21.193	
Total		26.254	22.500	(6.148)	42.606	

10 Imobilizado

Os itens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas. Até dezembro de 2007 foi efetuada reavaliação espontânea de bens do ativo imobilizado, de grande parte das unidades industriais da Controladora acrescida aos saldos do ativo imobilizado em contrapartida à rubrica reserva de reavaliação e da provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos. O método e premissa aplicado à estimativa do valor justo dos itens foi determinado diretamente a partir de preços observáveis em mercado ativo. Conforme CPC 13, Item 38 os saldos existentes nas reservas de reavaliação serão mantidos até sua efetiva realização.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil residual do ativo e são reconhecidos no resultado.

A depreciação é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada de cada ativo, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após a vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados pelo menos ao final de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

O saldo de obras em andamento representa os investimentos com ampliação, modernização e adequação das unidades visando maior produtividade e obtenção de novas certificações exigidas pelo mercado. Quando da conclusão e início da operação desses ativos, os mesmos são transferidos para a adequada conta do ativo imobilizado, sendo reconhecida a partir desse momento a depreciação dos bens.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

Controladora	Vida útil dos ativos imobilizados	31.12.22			31.12.21		
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Imóveis	7 a 54 anos	102.596	(36.935)	65.661	105.048	(36.373)	68.675
Terra nua e terrenos	-	3.433	-	3.433	3.719	-	3.719
Máquinas e equipamentos	9 a 30 anos	281.876	(178.734)	103.142	280.822	(172.161)	108.661
Instalações	8 a 28 anos	74.597	(43.249)	31.348	71.966	(40.895)	31.071
Equipamentos de informática	3 a 10 anos	8.129	(6.614)	1.515	7.555	(6.196)	1.359
Veículos e aeronaves	5 a 17 anos	5.662	(4.763)	899	5.662	(4.289)	1.373
Obras em andamento	-	29.398	-	29.398	23.924	-	23.924
Provisão para perdas "impairment"	-	-	-	-	(2.466)	-	(2.466)
Outros	4 a 14 anos	5.226	(3.408)	1.818	8.777	(3.304)	5.473
		510.917	(273.703)	237.214	505.007	(263.218)	241.789

Consolidado	Vida útil dos ativos imobilizados	31.12.22			31.12.21		
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Imóveis	7 a 54 anos	161.714	(59.166)	102.548	164.166	(55.858)	108.308
Terra nua e terrenos	-	10.629	-	10.629	3.719	-	3.719
Máquinas e equipamentos	10 a 30 anos	291.914	(186.165)	105.749	281.905	(172.670)	109.235
Instalações	8 a 28 anos	76.049	(44.414)	31.635	72.309	(40.967)	31.342
Equipamentos de informática	3 a 10 anos	9.977	(8.381)	1.596	9.293	(7.863)	1.430
Veículos e aeronaves	5 a 17 anos	5.954	(5.055)	899	5.662	(4.289)	1.373
Obras em andamento	-	30.216	-	30.216	24.210	-	24.210
Provisão para perdas "impairment"	-	-	-	-	(2.466)	-	(2.466)
Outros	4 a 14 anos	7.976	(4.955)	3.021	11.039	(4.664)	6.375
		594.429	(308.136)	286.293	569.837	(286.311)	283.526

A Companhia e sua controlada revisam anualmente a vida útil dos ativos imobilizados e não foram identificadas diferenças significativas durante o exercício.

Movimentação do ativo imobilizado

Controladora	31.12.21	Adições	Baixas	Depreciação	Transferência	31.12.22
Imóveis	68.675	-	(1.930)	(2.443)	1.359	65.661
Terra nua e terrenos	3.719	-	(286)	-	-	3.433
Máquinas e equipamentos	108.661	775	(710)	(13.654)	8.070	103.142
Instalações	31.071	-	(3)	(2.733)	3.013	31.348
Equipamentos de informática	1.359	808	(16)	(716)	80	1.515
Veículos e aeronaves	1.373	-	-	(474)	-	899
Obras em andamento ¹	23.924	18.074	(53)	-	(12.547)	29.398
Provisão para perdas "impairment" ²	(2.466)	-	2.466	-	-	-
Outros	5.473	1.735	(5.189)	(226)	25	1.818
	241.789	21.392	(5.721)	(20.246)	-	237.214

¹ O saldo de obras em andamento representa os investimentos com ampliação, modernização e adequação das unidades visando maior produtividade. As adições no período referem-se substancialmente a expansão de capacidade produtiva e implantação de novo Centro de distribuição na unidade de Itajaí- SC. Quando da conclusão e início da operação desses ativos, os mesmos são transferidos para a adequada conta do ativo imobilizado, sendo reconhecida a partir desse momento a depreciação dos bens.

² Refere-se ao valor líquido de ativos da unidade de Guapó. Reversão da provisão foi realizada em consequência da realização da perda registrada após a venda da unidade ocorrida em abril de 2022.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

Consolidado	31.12.21	Aquisição em combinação de negócios	Adições	Baixas	Depreciação	Transferência	31.12.22
Imóveis	108.308	-	-	(1.930)	(5.189)	1.359	102.548
Terra nua e terrenos	3.719	7.196	-	(286)	-	-	10.629
Máquinas e equipamentos	109.235	2.152	844	(712)	(13.840)	8.070	105.749
Instalações	31.342	33	-	(2)	(2.751)	3.013	31.635
Equipamentos de informática	1.430	-	863	(22)	(755)	80	1.596
Veículos e aeronaves	1.373	-	-	-	(474)	-	899
Obras em andamento ¹	24.210	447	18.160	(54)	-	(12.547)	30.216
Provisão para perdas "impairment" ²	(2.466)	-	-	2.466	-	-	-
Outros	6.375	142	2.123	(5.249)	(395)	25	3.021
	283.526	9.970	21.990	(5.789)	(23.404)	-	286.293

Ativos em garantia

Do saldo existente em Imóveis em 31 de dezembro de 2022 no valor de R\$ 102.548, a Companhia informa que R\$ 37.948 estão como garantia hipotecária referente ao processo de Subvenção para Investimento denominado Produzir no estado de Goiás.

Teste de valor recuperável dos ativos imobilizados

Em atendimento as exigências do IAS 36/CPC 01 R1 - Redução do Valor Recuperável de Ativos, a Companhia e sua controlada efetuaram o teste anual de recuperação de seus ativos tangíveis e intangíveis na sua UGC em 31 de dezembro de 2022, os quais foram estimados com base nos valores em uso utilizando os fluxos de caixa descontados, e evidenciaram que o valor estimado de mercado é superior ao valor líquido contábil na data da avaliação, assim como, no decorrer do período não houve quaisquer evidências de perda de valor de ativos individuais ou grupo de ativos relevantes. Eventuais impactos de perda de recuperabilidade são destacados em nota explicativa, quando relevantes. As premissas do teste anual de recuperação estão descritas na nota explicativa 12.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

11 Direito de uso

11.1 Direito de uso do ativo de arrendamento

A composição dos saldos de direito de uso é apresentada a seguir:

Controladora	Prazo de vigência do contrato	31.12.21	Adições	Contratos encerrados	Depreciação	31.12.22
Imóveis	5 anos a 8 anos	6.674	14.478	(2.034)	(2.955)	16.163
Veículos e aeronaves	3 anos	1.764	132	(17)	(1.879)	–
Máquinas e equipamentos	1 a 5 anos	1.978	5.678	–	(2.595)	5.061
Equipamentos de informática	1 a 2 anos	1.035	71	(48)	(302)	756
		11.451	20.359	(2.099)	(7.731)	21.980

Consolidado	Prazo de vigência do contrato	31.12.21	Adições	Contratos encerrados	Depreciação	31.12.22
Imóveis	5 anos a 8 anos	13.208	16.439	(2.034)	(6.029)	21.584
Veículos e aeronaves	3 anos	1.764	132	(17)	(1.879)	–
Máquinas e equipamentos	1 a 5 anos	2.358	6.340	–	(3.298)	5.400
Equipamentos de informática	1 a 2 anos	1.035	71	(48)	(302)	756
		18.365	22.982	(2.099)	(11.508)	27.740

11.2 Provisão de arrendamento a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Provisão de arrendamento a pagar	30.646	13.080	37.753	21.750
Ajuste a valor presente	(7.967)	(1.173)	(8.528)	(2.134)
	22.679	11.907	29.225	19.616

Os passivos foram considerados brutos de PIS e COFINS no cálculo de fluxo de caixa descontado. O quadro a seguir demonstra o direito potencial de PIS e COFINS a recuperar embutido na contraprestação dos arrendamentos:

Fluxos de caixa	Controladora			
	31.12.22		31.12.21	
	Valor nominal	Ajustado a valor presente	Valor nominal	Ajustado a valor presente
Provisão de arrendamento a pagar	30.646	22.679	13.080	11.907
PIS e COFINS (9,25%)	2.835	2.098	1.210	1.101

Fluxos de caixa	Consolidado			
	31.12.22		31.12.21	
	Valor nominal	Ajustado a valor presente	Valor nominal	Ajustado a valor presente
Provisão de arrendamento a pagar	37.753	29.225	21.750	19.616
PIS e COFINS (9,25%)	3.492	2.703	2.012	1.814

A Companhia, em plena conformidade com o IFRS16/CPC 06 (R2), na mensuração e na remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pelo IFRS16/CPC 06 (R2). Tal vedação pode gerar distorções relevantes na informação a ser prestada, dada a realidade atual das taxas de juros de longo prazo no ambiente econômico brasileiro. Muito embora, a empresa, na sua avaliação quanto a duração de grande parte dos seus contratos de arrendamento, entende que esse impacto não seja material para ser estendida as divulgações apropriadas conforme requerido pela CVM em seu OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº 02/2019.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

Movimentação da provisão com arrendamento:

Controladora	31.12.21	Adições	Pagamentos	Apropriação dos juros	Contratos encerrados	31.12.22
Provisão com arrendamento	13.080	28.531	(8.558)	–	(2.407)	30.646
Ajuste a valor presente	(1.173)	(8.154)	–	1.171	189	(7.967)
	11.907	20.377	(8.558)	1.171	(2.218)	22.679

Consolidado	31.12.21	Adições	Pagamentos	Apropriação dos juros	Contratos encerrados	31.12.22
Provisão com arrendamento	21.750	31.451	(13.041)	–	(2.407)	37.753
Ajuste a valor presente	(2.134)	(8.451)	–	1.868	189	(8.528)
	19.616	23.000	(13.041)	1.868	(2.218)	29.225

A taxa de desconto vigente e utilizada para o cálculo do valor presente da provisão com arrendamento dos ativos identificados e, conseqüentemente, para apropriação mensal dos juros financeiros, foi de 11,89% a.a. (8,23% a.a. em 2021) na Controladora e Consolidado, em conformidade com o prazo de vigência de cada contrato de arrendamento.

Desmembramento:

Passivo circulante
Passivo não circulante

	Controladora		Consolidado	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Passivo circulante	4.525	5.938	8.231	8.817
Passivo não circulante	18.154	5.969	20.994	10.799
	22.679	11.907	29.225	19.616

O cronograma de pagamento das parcelas de longo prazo da provisão com arrendamento segue abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
2023	–	4.273	–	7.983
2024	6.335	1.902	9.258	3.348
2025	4.058	175	4.058	175
2026	3.163	–	3.163	–
2027	3.154	–	3.154	–
2028	2.653	–	2.653	–
2029	2.653	–	2.653	–
2030	1.989	–	1.989	–
Ajuste a valor presente	(5.851)	(381)	(5.934)	(707)
	18.154	5.969	20.994	10.799

As parcelas de longo prazo no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 correspondem aos montantes vencíveis a partir de 1º de janeiro de 2024.

12 Intangível

É composto, em sua maior parte, por gastos com marcas e patentes e por ágio decorrente de expectativa de rentabilidade futura, registrados de acordo com o IAS 38/CPC 04 (R1) - Ativos intangíveis pelo custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas (perda no valor recuperável). A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. As marcas e patentes possuem vida útil indefinida e o seu valor recuperável é testado anualmente.

Os ágios são submetidos anualmente a teste de redução no valor recuperável, ou com maior frequência quando houver indicação de que poderão apresentar redução no valor recuperável. Se o valor recuperável for menor que o valor contábil, a perda é reconhecida diretamente no resultado e não é revertida em períodos subsequentes. Quando da alienação de determinado ativo com respectivo ágio alocado, o valor atribuível de ágio é incluído na apuração do lucro ou prejuízo da alienação.

Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

Os itens do ativo imobilizado, intangível com vida útil definida e outros ativos (circulantes e não circulantes), quando aplicável, têm o seu valor recuperável testado no mínimo

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor econômico testada quando há indicadores potenciais de redução ao valor recuperável ou anualmente, independentemente de haver indicadores de perda de valor, nos termos do IAS 38/CPC 04 (R1) - Ativos intangíveis.

Ao fim de cada exercício, é feita revisão do valor contábil dos ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo líquido de despesas de venda e o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado e é revertida caso haja mudanças nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável. Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil como se nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo em períodos anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida diretamente no resultado.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Ágio	68.340	68.340	82.573	68.340
Marcas e patentes	338.288	338.288	338.288	338.288
Softwares	848	917	850	917
Carteira de clientes	-	1.810	-	1.810
	407.476	409.355	421.710	409.355

Movimentação do Intangível

Controladora	31.12.21	Adições	Amortização	31.12.22
Ágio	68.340	-	-	68.340
Marcas e patentes	338.288	-	-	338.288
Softwares	917	201	(270)	848
Carteira de clientes	1.810	-	(1.810)	-
	409.355	201	(2.080)	407.476

Consolidado	31.12.21	Adições	Amortização	31.12.22
Ágio	68.340	14.233	-	82.573
Marcas e patentes	338.288	-	-	338.288
Softwares	917	203	(270)	850
Carteira de clientes	1.810	-	(1.810)	-
	409.355	11.992	(2.080)	421.710

As marcas e patentes e o ágio possuem vida útil indefinida e os seus valores recuperáveis são testados anualmente pelo teste de valor recuperável.

Detalhamento do Ágio

Em outubro de 2011 Companhia celebrou um contrato de compra e venda de estabelecimento comercial e outras avenças com a Hypermarchas S/A. Nos termos do contrato, adquiriu a parte fabril de sabão em pó incluindo o estabelecimento com todos os direitos e obrigações que o integram e seus ativos líquidos, bem como os ativos de Inseticidas. A aquisição foi feita com base no valor de mercado da Hypermarchas suportado por laudo de avaliação econômica elaborado por empresa especializada. O valor base da operação foi no montante de R\$ 140.000 e o ágio gerado na operação fundamentado com base na expectativa de rentabilidade futura foi de R\$ 68.340.

Em novembro de 2022, a Flora S.A., adquiriu 100% da participação acionária da Tróia S.A. Produtos de Limpeza pelo montante de R\$ 18.900. A Troia S.A. é uma unidade fabril estabelecida na cidade de Maceió, Alagoas. A unidade opera o ramo de industrialização de produtos de limpeza, comercializando detergentes, desinfetantes, água sanitária, multiuso e sabão em pó. Essa aquisição faz parte dos planos de expansão das operações da Companhia para o Nordeste do país visando um melhor nível de serviço, bem como incremento de capacidade na sua produção de líquidos. O ágio estimado gerado nesta combinação de negócios de R\$ 14.233 e, somente é elegível para dedutibilidade fiscal pela incorporação ou alienação dos ativos e passivos assumidos

O ágio reconhecido não é amortizável e se sujeita a teste anual de valor recuperado.

Teste dos intangíveis com vida útil indefinida para verificação de perda do valor recuperável

A Companhia avaliou a recuperação do valor contábil do ágio utilizando o conceito do "valor em uso", por meio de modelos de fluxo de caixa descontado, representativas dos conjuntos de bens tangíveis e intangíveis utilizados no desenvolvimento e venda de produtos aos seus clientes.

O processo de determinação do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento, do fluxo de caixa e dos fluxos de caixa futuro são

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

baseadas nas melhores estimativas da administração, bem como em dados comparáveis de mercado, das condições econômicas que existirão durante a vida econômica do conjunto de ativos que proporcionam a geração dos fluxos de caixa. Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa do custo de capital (WACC).

De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada por um período de 5 anos, e a partir de então, considerando-se a perpetuidade das premissas tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado. A administração julgou apropriada a utilização do período de 10 anos com base em sua experiência passada em elaborar com acurácia projeções de fluxo de caixa. Tal entendimento está de acordo com o parágrafo 35 do IAS 36/CPC 01 R1 (R)- Redução do Valor Recuperável de Ativos.

Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados a taxas de desconto que variam de 19,4% a 23,7% ao ano, também em valores nominais. As principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são como segue:

- **Receitas de vendas** - As receitas foram projetadas entre 2023 e 2027 considerando os crescimentos do volume dos diferentes produtos das Unidades Geradoras de Caixa.
- **Custos e despesas operacionais** - Os custos e despesas foram projetados em linha com o desempenho histórico da entidade, bem como, com o crescimento histórico das receitas. Além disso, foram considerados ganhos de eficiência derivados de sinergias de combinações de negócios e melhorias de processos.
- **Investimentos de capital** - Os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a manutenção da infra-estrutura existente e as expectativas necessárias para viabilizar a oferta dos produtos.

As premissas chaves foram baseadas no desempenho histórico da entidade e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração.

Baseando-se no teste anual de recuperação dos ativos intangíveis, elaborado sobre as projeções realizadas sobre as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022, perspectivas de crescimento a época e acompanhamento das projeções e dos resultados operacionais, não foram identificadas possíveis perdas ou indicativos de perdas, visto que o valor em uso é superior ao valor líquido contábil na data da avaliação.

13 Fornecedores

Correspondem aos valores devidos aos fornecedores no curso normal dos negócios. Se o prazo de pagamento é equivalente a um ano ou menos, os saldos de fornecedores são classificados no passivo circulante. Caso contrário, o montante correspondente é classificado no passivo não circulante. Quando aplicável, são acrescidos encargos, variações monetárias ou cambiais.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Materiais e serviços	204.437	124.253	216.746	130.530
Produtos acabados	32.368	15.400	35.626	15.400
Fornecedores risco sacado ¹	15.568	7.533	15.838	7.753
	252.373	147.186	268.210	153.683

¹A Companhia firmou parceria com alguns de seus bancos parceiros para oferecer aos seus principais fornecedores a operação de antecipação de recebíveis por meios dessas instituições. Nessa operação os fornecedores fazem a cessão do direito do recebimento dos títulos para o Banco em troca da antecipação do recebimento do título. O Banco, por sua vez, passa a ser o detentor do direito ao crédito da operação, e a Companhia efetua a liquidação do título na mesma data originalmente firmada com seu fornecedor. Essa modalidade de operação não altera os prazos, preços e condições anteriormente firmados com o fornecedor.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

14 Empréstimos e financiamentos

Reconhecidos pelo valor justo no momento do recebimento dos recursos captados, líquidos dos custos de transação, nos casos aplicáveis. Após o reconhecimento inicial, podem ser acrescidos de encargos, juros e variações monetárias e cambiais conforme previsto contratualmente, incorridos até as datas dos balanços.

				Controladora			
				Circulante		Não Circulante	
Modalidade	Taxa média anual	Indexador	Vencimento LP	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Em moeda nacional							
FINAME	6,39%	*	2024	95	95	71	165
Capital de Giro - Reais	17,82%	CDI	2023-24	39.253	53.917	28.571	67.143
CRA - Certificado de recebíveis do agronegócio	14,46%	CDI e IPCA	2024-27	128.121	218.969	148.005	-
				167.469	272.981	176.647	67.308
				Consolidado			
				Circulante		Não Circulante	
Modalidade	Taxa média anual	Indexador	Vencimento LP	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Em moeda nacional							
FINAME	6,39%	*	2024	95	95	71	165
Capital de Giro - Reais	17,82%	CDI	2023-24	39.753	59.047	28.637	67.566
CRA - Certificado de recebíveis do agronegócio	14,46%	CDI e IPCA	2024-27	128.121	218.969	148.005	-
FGI	14,10%	*	2024-26	1.452	-	886	-
				169.421	278.111	177.599	67.731
Em moeda estrangeira							
Loan 4131	3,50%	*	2024	488	-	-	-
				488	-	-	-

O cronograma de pagamento da parcela de longo prazo dos empréstimos e financiamentos é o seguinte:

Vencimento	Controladora		Consolidado	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
2023	-	10.000	-	10.423
2024	128.642	57.308	128.778	57.308
2026	-	-	816	-
2027	48.005	-	48.005	-
	176.647	67.308	177.599	67.731

As parcelas de longo prazo no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 correspondem aos montantes vencíveis a partir de 1º de janeiro de 2024.

Custos de transação na emissão de títulos e valores mobiliários

De acordo com os requerimentos estabelecidos pelo IAS 39/CPC 08 - Custos de transação e prêmio na emissão de títulos e valores mobiliários, os custos relativos às transações na emissão de títulos e valores mobiliários deverão ser contabilizados reduzindo os passivos a que se relacionam.

Garantias e restrições contratuais ("covenants")

Abaixo apresentamos o detalhamento das garantias e restrições contratuais relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

Modalidade	Emissor e garantidor	Covenants/Garantias	Eventos de inadimplimento	Saldo em 31.12.22
CRA - Certificado de recebíveis do Agronegócio	Flora S.A. J&F Investimentos	Existem covenants que podem restringir a Emissora, sua controlada, dentre outras coisas em: - cumprimento de determinados índices financeiros relacionados a Dívida Líquida, Ebitda e despesas financeiras dos últimos doze meses; - criar ônus; - distribuir e/ou pagar dividendos, JCP caso esteja em mora com suas obrigações; - vender ou alienar determinados ativos; - reduzir capital da Emissora sem prévia autorização; - celebrar qualquer tipo de empréstimo a terceiros, sem prévia autorização; - celebrar qualquer tipo de empréstimo com partes relacionadas, inclusive controladas e/ou empresa do mesmo grupo econômico em condições fora de mercado; e - celebrar cisão, fusão ou alienar substancialmente os ativos.	¹ Eventos de inadimplimento de praxe. Na incidência de eventos de inadimplimento poderá ocorrer o vencimento antecipado (automático ou não) das Debêntures.	276.126

¹ Eventos de inadimplimento de praxe incluem o descumprimento ou inobservância de termos, restrições contratuais ou outras avenças previstos em referida linha de crédito, inadimplimento de outro endividamento, prolação de sentenças judiciais ou decisões desfavoráveis contra o emissor ou sua controlada, e certos eventos relacionados a questões de falência e insolvência.

A Companhia declara que no encerramento do exercício de 2021, deixou de cumprir um dos eventos de inadimplimento presentes em sua dívida CRA – Certificado de recebíveis do Agronegócio, razão pela qual realizou a reclassificação de sua dívida para curto prazo em suas demonstrações financeiras. Contudo, a Companhia também informa que em assembleia geral dos titulares de certificados de recebíveis do Agronegócio das 1ª e 2ª séries da 21ª emissão realizada em 21 de fevereiro de 2022, foi aprovada a concessão de dispensa prévia para o ano de 2021 (waiver) ao cumprimento, pela devedora.

14.1 Movimentação de atividades de financiamento

	Empréstimos	
	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2021	340.289	345.842
Variações no fluxo de caixa de financiamento:		
Empréstimos e financiamentos captados	46.850	46.850
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(39.047)	(46.086)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	7.803	764
Outras variações:		
Despesas com juros	50.666	51.279
Juros pagos	(54.642)	(55.013)
Aquisições em combinação de negócios	-	4.636
Total das outras variações relacionadas com passivos	(3.976)	902
Saldo em 31 de dezembro de 2022	344.116	347.508

	Controladora		Consolidado	
	Empréstimos	Derivativos	Empréstimos	Derivativos
Saldo em 31 de dezembro de 2020	365.107	157	367.149	157
Variações no fluxo de caixa de financiamento:				
Empréstimos e financiamentos captados	-	-	7.500	-
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(40.887)	-	(45.040)	-
Derivativos pagos	-	(1.443)	-	(1.443)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(40.887)	(1.443)	(37.540)	(1.443)
Outras variações:				
Ajuste a valor justo de derivativos	-	1.286	-	1.286
Despesas com juros	39.675	-	40.045	-
Juros pagos	(23.606)	-	(23.812)	-
Total das outras variações relacionadas com passivos	16.069	1.286	16.233	1.286
Saldo em 31 de dezembro de 2021	340.289	-	345.842	-



Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

15 Outros passivos circulantes

A Companhia demonstra conforme as categorias abaixo os passivos de maior relevância:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Bonificações e acordos comerciais ¹	51.823	31.227	94.894	50.803
Adiantamento de clientes ²	419	60	437	69
Devoluções a pagar ³	240	424	550	1.368
Comissões a pagar ⁴	3.301	1.804	4.598	2.353
	55.783	33.515	100.479	54.593

¹ Estão classificadas os passivos relacionadas a bonificações e acordos comerciais com clientes.

² Valores recebidos de forma antecipada dos clientes.

³ Devoluções de vendas que serão pagas aos clientes.

⁴ Comissões de vendas que serão pagas à representantes comerciais.

16 Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais

	Controladora		Consolidado	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Salários e encargos sociais	31.191	12.281	36.946	15.276
Provisões e encargos	13.654	12.403	17.021	15.248
Imposto de renda e contribuição social retidos a recolher	3.853	2.084	5.424	3.031
Parcelamentos fiscais ¹	-	10.515	599	10.980
Outros	207	128	1.443	267
	48.905	37.411	61.433	44.802
Desmembramento:				
Passivo circulante	48.905	31.814	61.337	39.205
Passivo não circulante	-	5.597	96	5.597
	48.905	37.411	61.433	44.802

¹ A JBS S.A (parte relacionada) foi intimada pela Receita Federal do Brasil para compensar créditos fiscais federais já homologados de sua titularidade com determinados débitos, sendo que também constavam débitos da Companhia, relativos ao ano de 2007. A vinculação realizada pela Receita Federal entre os débitos da Companhia com os da JBS S.A se deu em razão da cisão parcial da JBS S.A ocorrida em 2007, que originou a empresa Flora Produtos de Higiene e Limpeza S/A; e nos casos de cisão as empresas são responsáveis solidárias pelos débitos ocorridos até a data da cisão. Caso a JBS S.A discordasse da compensação, seus créditos ficam retidos até a liquidação dos débitos da Companhia. Assim, a JBS S.A concordou com a compensação e firmou um contrato de Cessão de Créditos Tributários, o qual deve ser liquidado até 2023, e será atualizado com base na Selic, seguindo o mesmo fluxo de pagamento de um parcelamento fiscal. Os saldos relacionados a essa transação estão apresentados na nota explicativa 8.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

17 Imposto de renda e contribuição social - conciliação da taxa nominal e efetiva

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (impostos diferidos) são calculados sobre as reservas de reavaliação, diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis e sobre prejuízos fiscais. Os impostos diferidos são determinados usando as alíquotas de imposto vigentes nas datas dos balanços e que devem ser aplicadas quando os respectivos impostos diferidos ativos forem realizados ou passivos forem liquidados.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro real futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias, despesas tributárias e créditos tributários possam ser usados. No que se refere aos impostos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social sobre o lucro líquido, são reconhecidos na extensão em que a sua realização seja provável e a entidade tenha apresentado histórico de base tributável. Para tal avaliação, a companhia desconsidera investimentos excedentes de propaganda para construção de marca. O imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais acumulados não possui prazo de prescrição e a sua compensação é de 30% do montante do lucro tributável de cada exercício futuro. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

a. Reconciliação da despesa de Imposto de renda e contribuição social:

A composição das despesas com imposto de renda e contribuição social apresentada nas demonstrações dos resultados da controladora e consolidado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Lucro (Prejuízo) antes da tributação	78.994	(62.754)	83.725	(75.755)
Expectativa de crédito (despesa) de imposto de renda e contribuição social - Nominal combinada de 34%	(26.858)	21.336	(28.466)	25.757
Ajuste do imposto de renda e contribuição social sobre:				
Resultado de equivalência patrimonial	(2.088)	(6.178)	-	-
Subvenções a produção domésticas	14.698	10.062	16.228	10.062
Outras diferenças permanentes	25.069	9.589	18.327	11.991
Receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	10.819	34.809	6.088	47.809
Taxa efetiva	13,69%	(55,47)%	7,27%	(63,11) %

	Controladora		Consolidado	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Imposto de renda e contribuição social correntes	1.186	6.153	(2.335)	6.153
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.633	28.656	8.423	41.656
	10.819	34.809	6.088	47.809

b. Composição do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

	Controladora			
	31.12.21	Reconhecido no resultado	Demais ajustes	31.12.22
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	52.072	1.526	-	53.598
Perda estimada de crédito em liquidação duvidosa	186	(65)	-	121
Provisão para contingência	1.639	6	-	1.645
Demais diferenças temporárias ativas	7.704	8.166	-	15.870
Realização reserva de reavaliação / deemed cost	(5.409)	-	786	(4.623)
Demais diferenças temporárias passivas	(15.363)	-	645	(14.718)
	40.829	9.633	1.431	51.893



Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Controladora	
	31.12.22	31.12.21
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativo	71.234	61.600
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	(19.341)	(20.771)
	51.893	40.829

	Consolidado			
	31.12.21	Reconhecido no resultado	Demais ajustes	31.12.22
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	87.922	(3.488)	-	84.434
Perda estimada de crédito em liquidação duvidosa	273	(58)	-	215
Provisão para contingência	4.497	(1.003)	-	3.494
Demais diferenças temporárias ativas	10.475	12.971	-	23.446
Realização reserva de reavaliação / deemed cost	(5.409)	-	786	(4.623)
Demais diferenças temporárias passivas	(15.363)	-	(1.798)	(17.161)
	82.395	8.422	1.012	89.805

	Consolidado	
	31.12.22	31.12.21
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativo ¹	111.589	103.166
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	(21.784)	(20.771)
	89.805	82.395

¹ Em conformidade com os preceitos contábeis estabelecidos pelo CPC 32/IAS 12, combinado com ICPC 22/IFRIC 23 onde temos o tratamento contábil adequado para as Incertezas sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro, em 31 de dezembro de 2021 a Companhia reconheceu o valor de R\$ 10.846 no Consolidado, baseado na matéria objeto de decisão proferida pelo STF onde apreciou o Tema 962, que visa excluir a incidência do IRPJ e CSLL, sobre a taxa Selic na repetição de indêbitos, fato esse firmado por maioria absoluta com decisão de mérito de ações ajuizadas até 17 de setembro de 2021. Portanto, a Companhia aguarda a decisão do trânsito em julgado para fazer uso dos efeitos da decisão.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro real ou prejuízo fiscal;
- quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro real ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias dedutíveis, associadas com investimentos em controlada, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas. A Companhia tem a expectativa de realização de seus Impostos diferidos ativos ao longo dos próximos 4 anos. A estimativa de realização é apresentada a seguir:

	Consolidado	
	31.12.22	
2023		3.853
2024		10.601
2025		25.942
2026		39.096
2027		10.313
		89.805

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

18 Provisões, Ativos e Passivos contingentes

a. Ativo contingente

Ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente e a Companhia somente promove sua divulgação quando um fluxo de entrada de benefícios econômicos é provável. Os ativos contingentes são avaliados periodicamente (pelo menos uma vez em cada exercício social) para garantir que os eventos sejam apropriadamente refletidos nas demonstrações contábeis. Quando for praticamente certo que ocorrerá uma entrada de benefícios econômicos, o ativo não é considerado contingente, devendo ser reconhecido com o seu correspondente ganho nas demonstrações contábeis do período em que ocorrer a mudança de estimativa.

A Companhia se utiliza dos seguintes conceitos:

Provável - quando o posicionamento dominante nos tribunais é favorável à tese jurídica da entidade envolvida na demanda. Neste caso, apenas divulga em notas explicativas o Ativo Contingente.

Possível e Remota - Nestes casos, a Companhia não reconhece e não divulga em notas explicativas ou porque não há posicionamento predominante nos tribunais ou o posicionamento dominante é contrário à tese jurídica da entidade envolvida na demanda, respectivamente.

b. Provisões

A Companhia e sua controlada no curso normal dos seus negócios estão sujeitas a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores jurídicos e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa de desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para riscos processuais. Com base nessa avaliação, considerando a perda como provável, as seguintes provisões foram efetuadas:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Trabalhistas	3.612	3.965	5.403	6.672
Cíveis	1.087	811	1.366	848
Fiscais e previdenciários	136	42	13.602	15.804
Total	4.835	4.818	20.371	23.324

Movimentação das provisões:

Controladora	31.12.21	Adições	Baixas	31.12.22
Trabalhistas	3.965	414	(767)	3.612
Cíveis	811	276	-	1.087
Fiscais e previdenciários	42	94	-	136
Total	4.818	784	(767)	4.835

Consolidado	31.12.21	Adições	Baixas	31.12.22
Trabalhistas	6.672	545	(1.814)	5.403
Cíveis	848	753	(235)	1.366
Fiscais e previdenciários	15.804	735	(2.937)	13.602
Total	23.324	2.034	(4.986)	20.371

Processos fiscais e previdenciários

A Companhia vem sendo demandada administrativamente e judicialmente pela suposta existência de débitos fiscais, com origem na ausência de recolhimento ou no pagamento parcial de tributos e taxas. A Administração, com fundamento na opinião de seus consultores jurídicos, entende que a possibilidade de perda é possível, e que as medidas legais já adotadas em cada situação são suficientes para preservar o patrimônio de Companhia, não existindo indicações de necessidade de reconhecimento de quaisquer provisões adicionais em relação as contabilizadas. O valor aproximado destes supostos débitos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 somam R\$ 311.225 e R\$ 183.276 na Controladora, R\$ 384.287 e R\$ 251.174 no Consolidado, respectivamente.

Processos Cíveis

A Companhia é ré em ações civis de cobrança, excesso de carga, negatificação indevida e outras. O valor aproximado destes supostos débitos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 somam R\$ 29.884 e R\$ 27.707 na Controladora, R\$ 42.944 e R\$ 40.395 no Consolidado, respectivamente.

Com fundamento na opinião de seus assessores legais e na legislação sobre a matéria, a Companhia deixou de constituir provisão no que diz respeito a essas ações judiciais devido a classificação de risco ser possível.

Processos Trabalhistas

Adicionalmente, a Companhia e sua controlada são partes em outras ações de natureza trabalhista, fundamentada na opinião de seus assessores legais, em 31 de dezembro de 2022 e 2021 classificou o risco de perda como possível no montante de R\$ 14.956 e R\$ 14.616 na Controladora, R\$ 19.265 e R\$ 17.401 no Consolidado, respectivamente.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

19 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social, subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 750.902, representado por 42.014.667 mil ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

b. Reserva de reavaliação

Referente à reavaliação de bens do ativo imobilizado anteriores à adoção do CPC/IFRS. A reserva de reavaliação é transferida para lucros acumulados na proporção da realização dos bens reavaliados que se dá por depreciação, alienação ou baixa.

c. Reservas de lucro

Legal

Constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido de cada exercício social, observando o limite de 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Subvenção para investimento

Conforme descrito na nota explicativa 2, item e, a Companhia goza de incentivos fiscais por meio da participação do Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás (Produzir) (Lei 13.591/2000). Em atendimento às condições estabelecidas para fruição desse incentivo e, conforme disposto no art. 30 da Lei. 12.973/14 combinado com o Art. 202 da Lei. 6.404/76, no exercício em que for apurado lucro, a Companhia deverá constituir reserva de subvenção para investimento à base do saldo remanescente do lucro líquido após a destinação da reserva legal, e não superior ao valor recebido como doação ou incentivo.

d. Dividendos

Serão distribuídos dividendos obrigatórios não inferiores, em cada exercício, a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da lei societária. Os dividendos são calculados após a retenção da reserva legal e de subvenção para investimento.

20 Receita líquida

A receita de vendas é reconhecida no resultado do período baseado no modelo de cinco passos do CPC 47/IFRS15, quando os riscos e benefícios inerentes aos produtos são transferidos para os clientes bem como na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia.

A receita é reconhecida quando os riscos e benefícios do produto são transferidos para o cliente, no local de expedição ou na entrega dos produtos. Essas condições podem variar a cada cliente, de acordo com os termos de venda. Nas demonstrações do resultado a receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como após a eliminação das vendas entre a Companhia e sua subsidiária integral.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
RECEITA BRUTA				
Receitas de vendas				
Mercado interno	1.841.042	1.445.980	2.227.520	1.699.428
Mercado externo	1.233	1.489	1.233	1.549
	1.842.275	1.447.469	2.228.753	1.700.977
Deduções de vendas				
Devoluções e descontos	(99.226)	(60.355)	(191.202)	(120.940)
Impostos sobre as vendas	(253.699)	(218.879)	(243.582)	(211.927)
	(352.925)	(279.234)	(434.784)	(332.867)
RECEITA LÍQUIDA	1.489.350	1.168.235	1.793.969	1.368.110

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

21 Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Resultado de variações cambiais ativas e passivas	1	3	1	3
Ajuste a valor justo de Derivativos	-	(1.286)	-	(1.286)
Juros de empréstimos e financiamentos, encargos financeiros e tarifas	(42.348)	(15.951)	(49.145)	(23.477)
Juros de arrendamento - IFRS 16	(1.169)	(1.247)	(1.866)	(2.182)
Atualização monetária de créditos fiscais	4.732	1.745	5.484	2.111
Repasse de custo de captação - parte relacionada	22.606	5.429	-	-
Juros sobre aplicações, contas a receber e descontos obtidos	5.899	3.123	7.077	3.201
	<u>(10.279)</u>	<u>(8.184)</u>	<u>(38.449)</u>	<u>(21.630)</u>
Receita financeira	33.237	10.296	12.561	5.312
Despesa financeira	<u>(43.516)</u>	<u>(18.480)</u>	<u>(51.010)</u>	<u>(26.942)</u>
	<u>(10.279)</u>	<u>(8.184)</u>	<u>(38.449)</u>	<u>(21.630)</u>

22 Resultado por ação

Conforme mencionado na nota explicativa nº 18.a, o capital social da Companhia é constituído de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. De acordo com o pronunciamento técnico CPC 41/IAS 33 - Lucro por Ação, na tabela a seguir está reconciliado o lucro (prejuízo) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Básico: Calculado através da divisão do lucro líquido (prejuízo), atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis.

Diluído: Calculado através da divisão do lucro líquido (prejuízo) atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

	31.12.22	31.12.21
Resultado atribuível aos acionistas	89.813	(27.946)
Média ponderada de ações do período - milhares	42.014.667	42.014.667
Resultado básico e diluído por lote de dez mil ações - R\$	21,38	(6,65)

23 Segmentos operacionais

A Administração da Companhia possui definido como único segmento operacional do negócio o segmento de higiene e limpeza. O seu desempenho é baseado nos relatórios utilizados pelos representantes da governança (presidência e corpo diretivo), os quais são os principais tomadores de decisões operacionais e estratégicas.

As metas de avaliação de desempenho, alocações de recursos e gestão do negócio são definidas e acompanhadas considerando o segmento de higiene e limpeza como um todo.

Adicionalmente, informamos que a Companhia não possui nenhum cliente no qual as vendas sejam igual ou superem 10% das receitas totais.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

24 Custos e despesas por natureza

As Demonstrações do Resultado estão apresentadas por função. Conforme requerido pelo IFRS, apresentamos, a seguir, o detalhamento das despesas por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Custo dos produtos vendidos				
Custo dos estoques, matéria prima e insumos	(1.057.560)	(908.900)	(1.104.793)	(964.241)
Salários, encargos e benefícios	(66.540)	(58.047)	(67.000)	(58.047)
Depreciação e amortização	(15.698)	(17.542)	(15.698)	(17.542)
Outros custos	(45.498)	(35.803)	(46.059)	(35.803)
	<u>(1.185.296)</u>	<u>(1.020.292)</u>	<u>(1.233.550)</u>	<u>(1.075.633)</u>
Despesas administrativas e gerais				
Salários, encargos e benefícios	(35.173)	(19.741)	(79.573)	(45.944)
Honorários, serviços e despesas gerais	(2.612)	(4.259)	(8.729)	(12.377)
Depreciação e amortização	(8.418)	(9.122)	(11.369)	(11.925)
Contingências	(736)	828	2.952	1.598
	<u>(46.939)</u>	<u>(32.294)</u>	<u>(96.719)</u>	<u>(68.648)</u>
Despesas com vendas				
Fretes	(54.211)	(40.887)	(87.721)	(62.611)
Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa	4	(22)	(165)	(109)
Salários, encargos e benefícios	(50.534)	(44.862)	(101.231)	(86.576)
Depreciação e amortização	(5.942)	(3.830)	(9.925)	(7.502)
Propaganda e marketing	(41.130)	(47.221)	(111.934)	(91.988)
Comissões	(6.973)	(5.907)	(13.540)	(10.272)
Outras	(7.523)	(8.061)	(21.848)	(18.003)
	<u>(166.309)</u>	<u>(150.790)</u>	<u>(346.364)</u>	<u>(277.061)</u>

25 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2022 o limite máximo indenizável de cobertura de seguros era de R\$ 71 milhões relativo as fábricas e aos centros de distribuições com vigência de maio de 2022 a maio de 2023. Esta cobertura engloba todos os tipos de riscos patrimoniais.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, são definidas pela Administração da Companhia como suficientes para fazer face ao risco estimado de perdas e danos.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

26 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia utiliza a mensuração apresentada na nota 2 a cada data de balanço em conformidade com as regras estabelecidas pelas Normas Internacionais de Contabilidade para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

Instrumentos Financeiros

Instrumentos financeiros por categoria estão reconhecidas nas demonstrações contábeis da Companhia, conforme quadros abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Ativos				
Valor justo por meio do resultado				
Aplicações	153.293	198.719	153.320	200.847
Custo amortizado				
Caixa e bancos	1.035	4.869	3.534	6.946
Contas a receber de clientes	193.250	51.427	323.598	71.138
Partes relacionadas	225.733	117.692	-	-
Total	573.311	372.707	480.452	278.931
Passivos				
Passivos pelo custo amortizado				
Fornecedores	(252.373)	(147.186)	(268.210)	(153.683)
Empréstimos e financiamentos	(344.116)	(340.289)	(347.508)	(345.842)
Arrendamentos a pagar	(22.679)	(11.907)	(29.225)	(19.616)
Partes relacionadas	(7.839)	-	(7.839)	-
Parcelamentos fiscais	-	(10.515)	-	(10.980)
Total	(627.007)	(509.897)	(652.692)	(530.121)

Os valores contábeis e valores justos dos nossos principais ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2022 e 2021 acima demonstrados, não apresentam variação entre eles.

a. Hierarquia do valor justo dos ativos e passivos avaliados por meio de resultado

A Companhia classifica a mensuração do valor justo de acordo com os níveis hierárquicos que refletem a significância dos índices utilizados nesta mensuração, à exceção daqueles vencíveis no curto prazo, instrumentos de patrimônio sem mercado ativo e contratos com características discricionárias em que o valor justo não pode ser mensurado confiavelmente, conforme os seguintes níveis:

Nível 1 - Preços cotados em mercados ativos (não ajustados) para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, em que os preços cotados são para ativos e passivos similares, seja diretamente por obtenção de preços em mercados ativos ou indiretamente, como técnicas de avaliação que utilizam dados dos mercados ativos;

Nível 3 - Os índices utilizados para cálculo não derivam de um mercado ativo. A Controladora e suas controladas não possuem instrumentos neste nível de mensuração.

	Controladora	
	Aplicações	
	31.12.22	31.12.21
Nível 2	153.293	198.719
Consolidado		
Aplicações		
	31.12.22	31.12.21
Nível 2	153.293	200.847

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

b. Resultado financeiro por categoria de instrumento financeiro:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Custo amortizado	(13.042)	(7.264)	(41.848)	(20.808)
Valor justo por meio do resultado	2.763	(920)	3.399	(822)
Total	(10.279)	(8.184)	(38.449)	(21.630)

c. Risco de liquidez

O risco de liquidez decorre da gestão de capital de giro da empresa e da amortização dos encargos financeiros e principalmente dos instrumentos de dívida. É o risco que a empresa poderá ter em cumprir as suas obrigações financeiras vincendas.

A Administração da liquidez da Companhia é feita levando em consideração, principalmente, o indicador de liquidez seca, representado pelo nível de disponibilidades mais investimentos financeiros divididos pela dívida de curto prazo.

O quadro abaixo apresenta o valor justo dos passivos financeiros da Companhia de acordo com os respectivos vencimentos:

	Controladora						
	31.12.22				31.12.21		
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Total	Menos de 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Total
Fornecedores	252.373	–	–	252.373	147.186	–	147.186
Empréstimos e financiamentos	167.469	128.642	48.005	344.116	272.981	67.308	340.289
Juros estimados sobre empréstimos ¹	24.806	23.416	7.039	55.261	19.718	23.572	43.290
Parcelamentos Fiscais	–	–	–	–	4.918	5.597	10.515

	Consolidado						
	31.12.22				31.12.21		
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Total	Menos de 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Total
Fornecedores	268.210	–	–	268.210	153.684	–	153.684
Empréstimos e financiamentos	169.909	128.778	48.821	347.508	278.111	67.731	345.842
Juros estimados sobre empréstimos ¹	24.837	23.416	7.039	55.292	19.994	23.575	43.569
Parcelamentos Fiscais	–	–	–	–	5.383	5.597	10.980

¹Inclui juros sobre o saldo de empréstimos e financiamentos. Os pagamentos são estimados pela taxa variável da dívida com base na taxa de juros efetiva em 31 de dezembro de 2022.

d. Risco de Mercado

Em particular, as exposições a risco de mercado são constantemente monitoradas, especialmente os fatores de risco relacionados a variações cambiais, de taxas de juros e preços de commodities que potencialmente afetam o valor de ativos e passivos financeiros, fluxos de caixa futuros e investimentos líquidos em operações no exterior.

É função da Diretoria de Financeira garantir que as demais áreas operacionais da Companhia estejam dentro dos limites de exposição definidos pela Administração da Companhia, financeiramente protegidas contra oscilações de preços, centralizando as exposições e verificando o cumprimento da Política de Gestão de Riscos Financeiros e de Commodities.

A Diretoria de Controle de Riscos utiliza sistemas de informação proprietários e de terceiros, específicos para o gerenciamento de posições e riscos de mercado, efetuando análises de cenários de estresse e de Valor em Risco (VaR) para medir a exposição total e também o risco específico do fluxo de caixa com a BM&FBovespa.

d.1 Risco da taxa de juros

O risco de taxas de juros refere-se ao potencial de perdas econômicas que a Companhia e suas controladas podem incorrer devido a variações adversas neste fator de risco, ocasionadas por motivos diversos, como crises econômicas, alterações de políticas monetárias soberanas ou oscilações de mercado. A Companhia possui ativos e principalmente passivos expostos a este risco, em operações atreladas a indexadores como CDI (Certificado de Depósito Interbancário), TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), e SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia). A Política de Gestão de Riscos Financeiros e de Commodities não traz diretrizes mandatórias quanto à proporção entre exposições a taxas pré ou pós-fixadas, entretanto a Diretoria de Controle de Riscos monitora constantemente as condições de mercado e pode propor à Comissão de Gestão de Riscos estratégias envolvendo os indexadores a fim de reduzir a exposição global da Companhia.

A Diretoria entende que os dados quantitativos referentes ao risco de exposição a taxas de juros da Companhia em 31 de dezembro de 2022, demonstrados abaixo, estão de acordo com a Política de Gestão de Riscos Financeiros e de Commodities e são representativas da exposição incorrida durante o período.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Exposição líquida de passivos e ativos à taxa CDI:				
Empréstimos	(195.793)	(198.230)	(195.793)	(198.230)
CDB-DI	153.293	198.783	153.293	200.912
Total	(42.500)	553	(42.500)	2.682
Exposição de passivos à taxa IPCA:				
CRA - Certificado de recebíveis do agronegócio	(150.783)	(142.116)	(150.783)	(142.116)
FINAME	-	-	(7)	-
Total	(150.783)	(142.116)	(150.790)	(142.116)

Análise de sensibilidade:

Exposição	Risco	Cenário atual	Taxa	Cenário (I) Variação da taxa em 25%		Taxa	Cenário (II) Variação da taxa em 50%	
				Efeito no resultado			Efeito no resultado	
				Controladora	Consolidado		Controladora	Consolidado
CDI	Aumento	12,38 %	15,47 %	(1.315)	(1.315)	18,57 %	(2.631)	(2.631)
IPCA	Aumento	5,77 %	7,21 %	(2.175)	(2.175)	8,65 %	(4.350)	(4.350)
				(3.490)	(3.490)		(6.981)	(6.981)

Eventos subsequentes:

1. Combinação de negócio

A Companhia comunica que a partir de 01 de fevereiro de 2023 assumirá o controle das operações da empresa Vyvedas Cosméticos do Brasil Ltda estabelecida na cidade de São Paulo. A aquisição faz parte dos planos da Companhia para introdução ao segmento de alta renda em cuidados pessoais, beleza e cosméticos com lojas físicas e ecommerce.

2. Supremo Tribunal Federal ("STF") muda entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 – Recursos Extraordinário n° 949.297 e 885 – Recurso Extraordinário n° 955.227.

- Tema 881 – Recursos Extraordinário n° 949.297

Limites da coisa julgada em matéria tributária, notadamente diante de julgamento, em controle concentrado pelo Supremo Tribunal Federal, que declara a constitucionalidade de tributo anteriormente considerado inconstitucional, na via do controle incidental, por decisão transitada em julgado.

- Tema 885 – Recurso Extraordinário n° 955.227

Efeitos das decisões do Supremo Tribunal Federal em controle difuso de constitucionalidade sobre a coisa julgada formada nas relações tributárias de trato continuado. Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido.

A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que desde a sua data de constituição em 1998, não foi citada em nenhum processo de polo ativo ou passivo. Adicionalmente, a Companhia não se beneficiou tributariamente de nenhuma decisão anteriormente julgada em última instância no STF.

Diante dos fatos supracitados, a decisão do STF não resulta, em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

27 Aprovação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Após apreciação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 08 de março de 2023, as mesmas foram aprovadas para emissão pela Companhia.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Os Diretores da Companhia declaram para os fins do disposto no artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI da Instrução CVM 480 de 7 de dezembro de 2009, que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2022; e

(ii) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

* * * * *

DIRETORIA EXECUTIVA

Sérgio Roberto Caldas Júnior

Diretor Presidente

You Ta Ma

Diretor Financeiro

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Aguinaldo Gomes Ramos Filho

Presidente do Conselho

José Batista Sobrinho

Conselheiro

Francisco de Assis e Silva

Conselheiro

Vanderson Alexandre Martins

Contador CRC SP: 252781/O-3
